

17/12/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ninguém sai](#)

[Escolas melhores, alunos motivados](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[TIROTEIO](#)

[Parlamentares cedem a fundo eleitoral menor para evitar veto de Bolsonaro](#)

[Adubo](#)

[Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal](#)

[Veja perguntas e respostas sobre o Fundeb](#)

[Bolsonaro defende cancelamento da TV Escola e diz que canal deseduca](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Educadores, tremei!](#)

[Muita calma...](#)

[Bolsonaro diz que TV Escola 'deseduca'](#)

O GLOBO - RJ

[Weintraub é uma ideia](#)

[A caricatura de Paulo Freire](#)

[Nos fundos, o segredo do ES](#)

[O triste fim da TV Escola](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Bolsonaro descarta reforma ampla, mas pode mudar Weintraub](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Bolsonaro defende fim da TV Escola](#)

Agências de notícias e sites

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Por que cai o interesse nos cursos de ciências sociais e filosofia?](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Inep libera cadernos de questões do Encejea 2019](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Após um ano do governo Bolsonaro, o que mudou na educação?](#)

[Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal](#)

G1

[Unesp 2020: Veja a correção extraoficial da última etapa da 2ª fase do vestibular](#)

PODER 360 - DF

[Carteirinha estudantil responde por 80% da receita da UNE](#)

PORTAL EXAME

[Congresso pode estender benefício de meia-entrada para professores](#)

PORTAL ISTOÉ

[Inep libera cadernos de questões do Encejea 2019](#)

TERRA

[COB mantém chefias sem formação científica no Laboratório Olímpico](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro escora em Paulo Freire sua falta de ideias](#)

[Inep libera cadernos de questões do Encejea 2019](#)

Agências de notícias e sites

ABIPTI

CLIPPING



[CNPq e IBICT firmam acordo para implementação de repositório de dados científicos](#)
[SBPC se manifesta sobre recursos para periódicos nacionais](#)

FUNDACRED

[Capes anuncia vencedores de prêmio de teses](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Mesmo blindado, orçamento da ciência já nasce contingenciado para 2020](#)

[Capes fecha ano com crédito adicional de R\\$ 200 milhões](#)

[Um futuro para se viver da ciência](#)

[Série Mulheres Cientistas entrevista pesquisadora da UFMG que descobriu molécula para tratar inflamação](#)

TODA HORA

[Bolsonaro chama Paulo Freire de energúmeno e diz que TV Escola deseduca](#)

TRIBUNA RIBERÃO

[Capes abre 66 mil bolsas para licenciatura e formação de professores](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ação do MEC pode acabar com a única TV para surdos do Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro chama educador de burro para ocultar caos no comando da Educação](#)

Imprensa Estadual

ZERO HORA - RS

[Viagem às entranhas da Terra](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos](#)

[Bolsonaro quer iniciar 2020 com reforma ministerial](#)

[TV despejada](#)

O DIA - RJ

[Universidades da Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos](#)

O POPULAR - GO

[Universidades da Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos](#)

Agências de notícias e sites

ALAGOAS 24hs

[Bolsonaro chama Paulo Freire de 'energúmeno'](#)

FOLHA PA

[Ufopa mantém por dois anos consecutivos o conceito 4 de avaliação do MEC](#)

MAXPRESSNET

[Laboratório da UFSCar cria jogos educacionais abertos e customizáveis](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Bolsonaro chama Paulo Freire de energúmeno e diz que TV Escola deseduca](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Capes anuncia vencedores de prêmio de teses](#)

[Aberta oportunidade para professores promoverem a língua portuguesa](#)

[CAPES fecha ano com crédito adicional de R\\$ 200 milhões](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Generais lutam para blindar orçamento da Defesa dos cortes de Guedes](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Casos que verificamos: Presidente da UNE não estava na universidade desde os 11 anos](#)

G1

[MEC consolida Universidade de Fortaleza entre as melhores do Brasil](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Univali é a melhor universidade não pública de SC](#)

[Capes oferta 66 mil novas vagas para formação de professores](#)

[UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS](#)

[Bolsonaro chama educador de burro para ocultar caos no comando da Educação](#)

[Tabata dá nota zero para gestão Weintraub e diz que 2019 será ano perdido](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Ninguém sai

Bolsonaro tem dito que, enquanto a imprensa estiver falando que Abraham Weintraub está com os dias contados no Ministério da Educação, não tem troca. Aliás, ele tem elogiado o ministro em conversas reservadas.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Escolas melhores, alunos motivados

Aumentar número de vagas, investir em infraestrutura, capacitar professores e levar tecnologia à sala de aula são medidas para dar mais qualidade ao ensino e para ajudar a combater a evasão de estudantes

DESAFIOS PARA 2020: EDUCAÇÃO

Melhorias em infraestrutura, capacitação de profissionais e uso de tecnologias são alguns dos desafios indicados por especialistas para a educação no Distrito Federal em 2020. Neste ano, houve greve dos professores, início da gestão compartilhada com a Polícia Militar dentro das escolas e troca de secretários. Ao todo, 683 unidades atendem aos mais de 458 mil estudantes matriculados na rede pública, de acordo com os números do Censo Escolar 2019.

No início do ano, o relatório final do governo de transição indicou a necessidade de reforma ou de manutenção em 200 unidades de ensino, além da defasagem de 23.857 vagas em creches para crianças de até 3 anos. Quase um ano depois, a Secretaria de Educação informou que três escolas estão em reforma: uma em Brazlândia, outra no Sol Nascente e a terceira, em São Sebastião. Além disso, uma foi reconstruída na Vila Planalto. Quanto às creches, a pasta inaugurou duas em Samambaia em julho e agosto deste ano.

Outro problema é a distorção idade-série, isto é, a proporção de estudantes com mais de dois anos de atraso escolar. De acordo com o Censo Escolar 2018, 22,8% (81.243) dos alunos do DF estão nessas condições. “No Brasil, a criança não aprende o que é esperado para a série dela”, critica Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas.

Segundo ela, falta de capacitação de professores, altas taxas de reprovação e abandono e as desigualdades socioeconômicas do país retratam gargalos educacionais. O mesmo censo mostra que mais de 6,7 mil (1,9%) pessoas abandonam os estudos. A porcentagem é maior no ensino médio, em que 4,75% dos jovens não cumprem a fase escolar. Índices de reprovação também são evidentes: 7,9% dos alunos reprovaram em 2018, o equivalente a 27.371 estudantes. (veja Números da educação no DF).

A pedagoga e oficial do programa de educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Julia Ribeiro, elenca a gravidez precoce, a violência, o bullying e até os conteúdos mal ministrados em sala como motivos do abandono escolar. “É preciso

implementar políticas públicas que visem trazer esses alunos de volta para a escola”, afirma.

Ao Correio, o secretário de Educação do DF, João Pedro Ferraz, explicou que uma das metas para 2020 é inaugurar, ao menos, 10 escolas dos ensinos fundamental e médio e ampliar o número de vagas em creches até o meio do ano. “A educação é um ciclo. Não dá para darmos um tratamento de choque de imediato. Mas priorizaremos as escolas compartilhadas com esporte e cultura. Acreditamos que isso terá reflexo positivo.”

Um dos métodos aplicados para manter os jovens nas escolas é a educação integral. No DF, 201 unidades ofertam essa modalidade e atendem a mais de 33 mil estudantes. A ideia do governo é ampliar o serviço em 15% no ano que vem. De acordo com o secretário, primeiro é preciso melhorar a estrutura das instituições, aumentando as salas e contratando novos professores para receber esses alunos.

Ana Beatriz e Ana Clara estudam no CEF 6 do Lago Sul e pretendem participar mais das decisões escolares, por meio do grêmio estudantil

Militares nas escolas

Entre as mudanças que marcaram o ano, está a decisão do governo de implementar, em 12 escolas da rede de ensino pública, a gestão compartilhada com a Polícia Militar. O GDF pretende aplicar o modelo em 40 instituições até o fim de 2020. Atualmente, 16.316 jovens estudam nesses colégios, localizados em Ceilândia, na Estrutural, no Gama, no Itapoã, no Núcleo Bandeirante, em Planaltina, no Recanto das Emas, no Riacho Fundo 2, em Samambaia, em Santa Maria, em Sobradinho e em Taguatinga.

Um dos primeiros a receber a novidade foi o Centro Educacional 1 (CED 1) da Estrutural, que tem 1,8 mil alunos do quarto ao sétimo ano do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos. Em fevereiro, a organização do local ficou dividida entre docentes (encarregados da parte pedagógica) e policiais militares (responsáveis pela parte burocrática e de segurança). A diretora do colégio, Estela Accioly, elogia as mudanças. “A escola está mais organizada e temos mais tempo para o pedagógico. Os alunos obedecem à hierarquia, e até o ambiente está mais limpo.”

Muitos pais também se mostram satisfeitos. É o caso da feirante Maria das Graças Oliveira, 43. Ela se formou na escola, e, hoje, o filho dela, Hadryan Oliveira, 10, estuda no mesmo lugar. “Antes, a gente não via um policial aqui. Há uns dois anos, entrou um cara quebrando cadeira, batendo em todo mundo. Teve criança machucada”, lembra. “A vinda dos policiais foi boa. Antes, até matar professor, os alunos queriam.”

No entanto, nem tudo foi positivo. No CED 3 de Sobradinho, um policial de 54 anos acabou afastado depois de assediar estudantes. O sargento enviou mensagens a alunas dizendo “beijo no cantinho da boca”. Especialistas em educação acreditam que a militarização das escolas é prejudicial. Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Comitê DF na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirma que, ao fim do primeiro ano letivo após o início da gestão, o balanço é negativo.

Para ela, o modelo transforma escolas em quartéis. “A polícia deveria cuidar do que lhe compete, deixando a área ao redor da escola segura para o professor trabalhar. A

segurança falhou fora da escola e, por isso, está indo para dentro”, defende. “O grande papel da polícia para contribuir com a educação seria deixar nossa sociedade segura nas ruas. Do contrário, não vejo caminhos para que isso seja positivo.”

Avaliações

Criado pelo Inep, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) reúne os resultados de fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e das médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ou da Prova Brasil. No último ano, o Centro de Ensino Fundamental 6 de Brasília (CEF 6), no Lago Sul, atingiu a meta.

Para a diretora Cátia José Teixeira, o segredo está no desenvolvimento de atividades práticas alinhadas à teoria. Em 2020, a novidade é o Grêmio Estudantil. As estudantes do 6º ano Ana Beatriz Teixeira, 11, e do 7º ano Ana Clara Reis, 13, estão animadas para participar. “Queremos interagir com os alunos e trazer melhorias. Tem crianças com mais dificuldades em aprender, então queremos dar mais atenção a elas”, afirma Ana Beatriz.

No Guará, o Centro Educacional 3 (CED 3) não atingiu a meta do Ideb. A projeção para a escola na última avaliação era de 5 pontos, mas o resultado ficou em 3,9. De acordo com a supervisora pedagógica, Veruska Coutinho, a instituição tem investido em projetos para auxiliar na aprendizagem dos estudantes e melhorar o rendimento nos próximos anos. “Desenvolvemos vários programas de incentivo, como feira de profissões, produção de cinema e gincana cultural. Essas iniciativas instigam o aluno.”

Levantamento

O Censo Escolar é um levantamento sobre educação. É feito anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação. As escolas, públicas e privadas, e as redes de ensino estaduais e municipais fornecem as informações. O censo verifica desde dados sobre matrículas, rendimento dos alunos, infraestrutura dos colégios e funções docentes, entre outros. Enquanto números de matrículas são disponibilizados desde o início do ano, demais dados só são compilados no ano seguinte.

Números da educação no DF

683 unidades

Urbanas: 603

Rurais : 80

81.243

(22,8%) estudantes em situação de distorção idade-série no DF

27.371

(7,9%) estudantes em situação de reprovação no DF

6.725

(1,9%) estudantes em situação de abandono escolar no DF

Em 95 delas, isto é, em 13,9%, não há bibliotecas ou salas de estudo.

Necessidade de ambientes interativos

Um dos desafios da educação para 2020 é a aproximação com recursos tecnológicos.

Em abril deste ano, o então secretário Rafael Parente anunciou que, até o fim de 2019,

70% das escolas teriam redes de internet Wi-Fi instaladas. A promessa não foi cumprida. A Secretaria de Educação informou que, em muitas escolas, o serviço é contratado por conta própria. O atual secretário, João Pedro Ferraz, disse que a expectativa é de que, até o ano que vem, todas estejam conectadas.

Leonardo Lazarte, professor do Departamento de Matemática da UnB, argumenta que é preciso investir em tecnologia para incluir escolas em ambientes de aprendizagem na rede. “Os alunos estão o tempo todo no celular se comunicando, e a escola está passando ao lado dessas tecnologias”, critica. Ele ressalta a importância da capacitação de profissionais, inclusive para aproveitamento de recursos tecnológicos em sala. “Há muitas tecnologias pedagógicas que podem ser usadas em ambientes interativos”, detalha.

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) também reforça a importância da valorização da categoria. Samuel Fernandes, diretor da entidade, elenca a necessidade de reajuste salarial e de qualificação. “O governo deveria valorizar mais o professor, disponibilizar cursos de pós-graduação e mestrado.”

Leia na edição de amanhã:
os desafios para 2020 na área de economia

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL TIROTEIO

Paulo Freire escreveu o livro “Pedagogia do oprimido”, mas esse governo prefere a pedagogia do opressor

De Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e professor da USP, sobre Jair Bolsonaro chamar Paulo Freire de energúmeno

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/12/17/por-falta-de-recursos-governo-bolsonaro-aborta-o-novo-bolsa-familia-em-2020/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

**Parlamentares cedem a fundo eleitoral menor para evitar veto de Bolsonaro
Após discutirem inflar para R\$ 3,8 bi financiamento de campanhas em 2020,
líderes no Congresso aceitam valor de R\$ 2 bi**
Brasília

Líderes partidários recuaram e passaram a aceitar um valor menor para o fundo de financiamento das eleições de 2020, que deve ficar em R\$ 2 bilhões.

Congressistas querem evitar o constrangimento de um possível veto do presidente Jair Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/parlamentares-cedem-a-fundo-eleitoral-menor-para-evitar-veto-de-bolsonaro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Adubo

A maconha chegou ao setor de ensino superior privado. Depois de uma das maiores universidades particulares do país, a Estácio, lançar um curso de oito horas para capacitar médicos a prescrever canabinoides no mês passado, o Ministério da Educação recebeu um registro de pós graduação lato sensu sobre o assunto. O protocolo foi feito por uma instituição paranaense, Unifil, mas as aulas acontecerão em São Paulo. Com 360 horas o público alvo são médicos e dentistas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/painelsa/2019/12/maconha-chega-ao-setor-de-ensino-superior-privado.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal Fundo de financiamento da educação básica expira em 2020; demora preocupa especialistas

Brasília

Apontada como o tema central da educação de 2019, a renovação do Fundeb (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica) ficou para o ano que vem.

Sem consenso sobre o texto no Congresso, o atraso traz preocupação acerca da garantia de uma proposta com avanços e da própria continuidade do fundo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/prevista-para-este-ano-decisao-sobre-fundeb-atrasa-e-agrada-governo-federal.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Veja perguntas e respostas sobre o Fundeb O fundo é composto pela arrecadação de alguns impostos estaduais e municipais e uma complementação da União

Brasília

O Fundeb (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica) é composto pela arrecadação de alguns impostos estaduais e municipais e uma complementação da União, hoje de 10%.

Como é a distribuição?

É feita com base no número de alunos por etapa e a complementação é direcionada para estados que não atingem o valor mínimo por aluno estipulado a cada ano

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-fundeb.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro defende cancelamento da TV Escola e diz que canal deseduca

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, determinou despejo da TV Escola das dependências do MEC na última sexta-feira (13)

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defendeu o cancelamento de contrato do Ministério da Educação com a TV Escola. Na visão dele, os programas transmitidos pelo canal eram todos de esquerda e seguindo os pensamentos do educador Paulo Freire, a quem se referiu como energúmeno.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/bolsonaro-defende-cancelamento-da-tv-escola-e-diz-que-canal-deseduca.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Educadores, tremem!

Não se sabe o que é pior: fechar a TV Escola ou transformá-la em instrumento de propagação de ideologias virulentas.

O ano vai terminando, mas o presidente Jair Bolsonaro parecer disposto a atrair chuvas e trovoadas e causar marola até o último dia, o último minuto. Xingar o patrono da Educação brasileira de “energúmeno”? Acusar a TV Escola de ser esquerdista e “deseducar”? É, no mínimo, chocante.

Energúmeno significa endemoniado, possuído, mas costuma ser usado para denegrir a imagem de alguém como idiota, louco, bobo, às vezes fanático e exaltado. Quem, em sã consciência, pode achar que Paulo Freire é merecedor de algum desses adjetivos? Um homem que dedicou a vida à educação, sonhou e trabalhou pela igualdade, pelos direitos dos mais desvalidos, pela consciência coletiva de que, sem condições iguais na largada, ou na infância, o Brasil jamais será um país igual para todos.

Fica ainda mais trágico quando quem chama Paulo Freire de endemoniado enaltece demônios como Pinochet, Stroessner, Brilhante Ustra. Freire lutou pela vida, pelo bem. Os ídolos do presidente geraram morte, tortura, desaparecimentos, destruindo vidas e famílias cruelmente.

Nada anda na educação, que acaba de perder mais um ano e acumula déficits há décadas (inclusive porque jogaram fora os princípios e métodos de Paulo Freire). Veio o patético Velez Rodriguez, que demorou, mas caiu. Veio o performático Abraham Weintraub, que está demorando e, segundo Bolsonaro, não vai cair. E a política para o ensino básico, o ensino médio, o ensino superior? Ninguém sabe, ninguém viu. No MEC, o foco está em ideologia.

Só se ouve um ministro mandar professores e alunos decorarem e entoarem o slogan de campanha do presidente da República e o outro acusar as universidades de só servirem para “balbúrdia” e plantação de maconha, enquanto imita Gene Kelly num vídeo, faz palhaçadas em outro, ataca todo mundo e não perdoa nem Paulo Guedes.

E por que o presidente Bolsonaro avisa que não vai demitir ministro nenhum e classifica Weintraub como “excelente”? Provavelmente porque o ministro da Educação participa de um amplo plano político para 2020, quando haverá eleições municipais.

Sem partido, depois de abandonar o PSL e os laranjais, Bolsonaro pode não ter condições para viabilizar o Aliança pelo Brasil a tempo de concorrer a prefeituras e câmaras legislativas. Logo, ele precisa de um plano B para eleger os futuros militantes da nova sigla.

A campanha maciça pela internet, tão eficaz na eleição de 2018, tende a ser de novo importante, mas não tão determinante em 2020. Eleição municipal exige presença, cara, voz, líder local. E onde se encontram esses fatores de campanha? No caso de Bolsonaro e de seu futuro partido, nos templos evangélicos e nas escolas. Sempre haverá pastores, pais e professores prontos a acreditar que “ser de direita” é ser isso aí: contra a igualdade, a educação inclusiva, o respeito às diferenças, os direitos das minorias.

Enquanto xinga Paulo Freire e promove quem xinga Fernanda Montenegro, Bolsonaro fecha a TV Escola com um pretexto daqui, outro dali, mas no fundo por um único motivo: ele acha, ou foi convencido de que ali só tinha esquerdista.

A TV Escola, porém, não era de esquerda e era muito importante para divulgação de métodos, técnicas e informações relevantes para um nicho específico: professores e estudantes. Com o perfil institucional, não seria justo exigir que competisse com TVs comerciais, mas tinha boa audiência, maior do que a TV Câmara e a TV Senado.

Agora, não se sabe o que é pior: fechar a TV Escola pura e simplesmente ou transformá-la num instrumento de propagação em massa de ideologias conservadoras e virulentas. Ela não era de esquerda, mas pode vir a ser de extrema direita.

A TV Escola vai acabar ou virar veículo de propaganda da extrema direita?

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Muita calma...

Até Fernando Holiday acha que Bolsonaro “exagerou” ao chamar Paulo Freire de “energúmeno”, provocando muitas reações indignadas.

O vereador do DEM – que tentou fazer do ex-ministro Paulo Renato Souza o patrono da educação em São Paulo, no lugar de Freire – diz que não desistirá do projeto, vetado na semana passada pela Câmara Municipal.

...nessa hora

Holiday, que estuda História no Mackenzie, admite que Paulo Freire “é mais um mito de esquerda”. Mas reconhece que seu método educacional “é discutido no mundo inteiro, inclusive nos países do ranking do Pisa”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsonaro diz que TV Escola ‘deseduca’

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro chamou o educador Paulo Freire de “energúmeno” e afirmou que a TV Escola “deseduca”. Os comentários foram feitos ontem, na frente do Palácio da Alvorada, enquanto ele defendia o fim do contrato do Ministério da Educação com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), responsável por gerir a TV pública.

“Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca”, afirmou o presidente. O fim do contrato foi anunciado na sexta-feira. “Era uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero. Dinheiro público para ideologia de gênero. Então tem de mudar.”

Bolsonaro afirmou que o valor da renovação do contrato era de R\$ 350 milhões, sem deixar claro o período de vigência. “R\$ 350 milhões que seriam jogados no lixo”, afirmou. “Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire. Esse energúmeno aí, ídolo da esquerda.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Weintraub é uma ideia

Especula-se sobre uma reforma ministerial e a queda de Abraham Weintraub. Não sei se este é o intento do presidente. Sei que a campanha contra o ministro da Educação tem por fonte —por cérebro e motor— a ala ideológica do governo, a que dá formulação e discurso ao bolsonarismo, e que ocupa território privilegiado, falando ao ouvido de Jair Bolsonaro, no Planalto. Sei também que este grupo não age — jamais agiu em quase um ano — sem o aval do presidente; e que nunca rachou. Terá sido a primeira vez?

Não faltam elementos a expor a fervura do óleo na panela amiga em que se quer empanar o ministro. Isso não significa, porém, que Weintraub cumpra mal a missão que lhe foi designada.

Bolsonaro estimula os conflitos internos. Há método na forma como multiplica inseguranças entre auxiliares. Ninguém estaria tão firme. O vaivém de sua palavra —o modo como provoca confrontos inclusive entre colaboradores os mais graduados— tem como meta também desautorizá-los. Ele o faz em público. Distribui derrotas. O mais forte no núcleo duro governista é o menos fraco.

Já escrevi, nesta coluna, sobre “a lógica do fusível” com a qual o presidente gere ministros. O fusível é um dispositivo cuja existência consiste em ser um anteparo condenado a queimar para que queimado não seja o sistema; para que protegidos restem governo e governante. Bolsonaro não hesita em atropelar acordos — firmados por delegados seus, sob sua chancela — se puderem ser entendidos como triunfos em excesso da agenda de um assessor.

Terá sido assim — sob o espírito do “não se pode ganhar sempre” — que dinamitou o envio ao Parlamento da reforma administrativa costurada por Paulo Guedes. Foi assim que não mobilizou nem sequer minuto contra a diluição — a perda de identidade — do pacote anticrime de Sergio Moro; isto enquanto articulava para secar a independência lavajatista do ministro da Justiça, o popular ex-Moro, e transformá-lo no que ora é: espécie de advogado do bolsonarismo.

Com poucas exceções circunstanciais, auxiliares — mesmo os de primeiro escalão — estão no governo para se desgastar. O presidente não os poupa. Coloca-os em campo, como para-raios, sob as descargas das intempéries políticas, para que sejam eles, e não ele, os eventuais fulminados pela tempestade; não tendo pena de inutilizar um subordinado caso a agenda deste — autorizada por ele — desenvolva-se mal e represente risco de escalar para ameaçá-lo.

Isso não quer dizer, contudo, que os queimados sejam imediatamente descartados.

Bolsonaro é hábil gestor de zumbis. Há também uma dimensão militar em sua estratégia: manter um cinturão de gordura, uma camada de esvaziados (Onyx Lorenzoni), fanfarrões provocadores menos (Damarens Alves) e mais nocivos ao país (Ricardo Salles, Ernesto Araújo e o próprio Weintraub), e enrolados (Marcelo Alvaro Antonio); bois de piranha conservados para o exercício de assombrar (e distrair) os críticos, notadamente a imprensa, mas cujo propósito adiposo seria, por distância, escudar o presidente.

Assim pensa Bolsonaro: “Se não conseguem nem sequer derrubar o ministro do Turismo, muito longe de me abalar estarão.”

Nada disso significa — repito — que Weintraub cumpra mal sua missão. Ele é um executivo. E executa. Opera sob a dinâmica da guerra cultural, do combate ao inimigo, aquele agente do establishment encravado na máquina estatal, cuja derrota só será possível com a destruição da máquina estatal. Weintraub veio para destruir. E entrega resultados.

Por que, então, a campanha por derrubá-lo? Afora o fato de que choques ceifadores internos sejam normais na dinâmica revolucionária, a blitz da ala ideológica contra o ministro deriva de ele trabalhar com algum grau de concepção econômica liberal. Quer diminuir o tamanho do ministério e ousou se mover para asfixiar a inexpressiva TV Escola. Mexeu numa entre as tantas tetas abocanhadas pelos pançudos jacobinistas, que consideram que a batalha consiste em destruir sem necessariamente reduzir, ocupando os espaços e os aparelhando. Em suma: destruir sem dieta, enquanto engordam. A revolução dos reacionários tem fome. Quer assegurar a boquinha.

Essa é a razão por que se investe — desde dentro do Planalto — contra Weintraub. Se ele tombar, entretanto, tudo indica que outro com o mesmo objetivo devastador terá lugar. Enquanto os próprios bolsonaristas coziavam o antecessor Vélez Rodríguez, adverti para que aqueles perplexos com sua gestão não comemorassem — porque a chance de que viesse alternativa pior era imensa. Não deu outra. Repito a advertência agora.

Este 2019 já está perdido em matéria de Educação. Mais um. Outros anos natimortos virão. Não importa o ministro. Nada se pode erguer sobre um chão cuja instabilidade é projeto de governo. Weintraub é o espírito do tempo. Vai, fica: ele permanece. Weintraub é uma ideia.

topo 

O GLOBO - RJ - O PAÍS

A caricatura de Paulo Freire

Bolsonaro chamou Paulo Freire de “energúmeno”. O educador recebeu 34 títulos de doutor honoris causa. Quando morreu, seu detrator ainda vagava no baixo clero

Depois de atacar uma garota de 16 anos, o presidente resolveu difamar um educador morto. Na semana passada, Jair Bolsonaro chamou a estudante Greta Thunberg de “pirralha”. Ontem ele se referiu a Paulo Freire como “energúmeno”.

A jovem sueca não teve tempo para se abalar. No dia seguinte ao insulto, foi escolhida a Pessoa do Ano pela “Time”. A revista americana reconheceu sua militância em defesa do meio ambiente. Enquanto ela inspirava estudantes de todo o mundo, Bolsonaro despontava como vilão ambiental.

A comparação com Freire também é desfavorável ao presidente. O professor foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz e recebeu 34 títulos de doutor honoris causa no Brasil e no exterior. Morreu em 1997, quando seu detrator ainda vagava no baixo clero da Câmara.

Autor de “O Educador: Um Perfil de Paulo Freire” (Todavia, 256 págs.), Sérgio Haddad explica que seu biografado tinha pouco a ver com a caricatura feita pelo bolsonarismo. “Freire nunca foi comunista. Era um cristão humanista, preocupado com a igualdade e com a justiça social”, afirma.

O professor foi um dos primeiros alvos da ditadura. Treze dias depois do golpe de 1964, os militares extinguiram seu Plano Nacional de Alfabetização. Ele foi preso duas vezes, acusado de ser “um criptocomunista encapuçado sob a forma de alfabetizador”.

“Freire nunca defendeu uma educação partidária. Defendia que os alunos pudessem discutir seus problemas na escola, o que assustava as elites conservadoras da época”, esclarece Haddad. “Agora que estamos vivendo outro momento de intolerância, ele passou a ser usado como bode expiatório para nossos fracassos no setor. Isso faz parte do universo das fake news”.

O dicionário “Houaiss” define “energúmeno” como “pessoa que age com violência, de forma irracional, brutal; desequilibrado, desatinado; indivíduo ignorante, boçal, imbecil”. A palavra não combina com um professor que se dedicou à causa da alfabetização. Parece se encaixar melhor em políticos que desprezam a educação, a cultura e o conhecimento.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Nos fundos, o segredo do ES

Espírito Santo fez transição de governo com a manutenção da cultura fiscal.

Estado agora quer investir e poupar para o longo prazo

O Espírito Santo prepara o futuro dos capixabas com investimentos, fundos e reformas. A da Previdência já está aprovada. O Fundo Soberano foi criado com parte dos recursos do petróleo, que ficará com 15% da participação especial e 45% dos royalties. Isso dá em torno de R\$ 400 milhões por ano. Foi feito também um fundo garantidor de PPP de R\$ 20 milhões. E tem ainda o fundo de infraestrutura que receberá uma bolada de R\$ 1,5 bilhão de um acordo com a Petrobras.

—Lógico que para mim R\$ 1,5 bilhão em 4 anos seria muito bom usar, em obra, em programa. Mas é um sinal de longo prazo. Os recursos sairão da receita corrente líquida para o Fundo Soberano (Funes). Ele tem o papel de uma poupança intergeracional. Poupança para sempre. Daqui a 40 ou 50 anos os gestores que estiverem no Espírito Santo decidirão o que fazer com esse dinheiro. Isso dá também estabilidade aos capixabas —diz o governador Renato Casagrande.

Essa visão de longo prazo e do ajuste fiscal como parte de um projeto de investimentos é raro no país, mas tem sido presente no Espírito Santo, o único estado a receber nota A do Tesouro Nacional. Um dos segredos, segundo Casagrande, é a continuidade administrativa:

— No meu governo passado fiz a PPP do saneamento da Serra. O Paulo Hartung fez a PPP do saneamento de Vila Velha. Agora farei a de Cariacica. Isso tem dado bons resultados.

Hoje o estado tem uma carteira de investimentos para fazer em parceria com o setor privado. O fundo garantidor de PPPs é um fundo privado gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O fundo soberano, o que ficará com parte do dinheiro do petróleo, será sócio de empresas privadas para atrair mais investimentos para o estado.

— Para nós não termos dependência do petróleo e do gás, para não ficarmos como a Venezuela ou o Rio de Janeiro — diz Casagrande.

Ele vai lançar um programa de melhoria da logística com Minas Gerais, em 17 de fevereiro, como informou o “Valor”. Casagrande quer que o Espírito Santo seja aporta de saída para o mundo, aporta de entrada para o Brasil.

—O estado tem uma população pequena, de 4 milhões de pessoas, mas nós conquistamos nos últimos anos uma cultura de gestão fiscal e com capacidade de fazer investimento próprio e de alavancar recursos — diz Casagrande.

A população capixaba não é tão pequena, é maior do que a do Uruguai. Para o governador, não se deve querer crescer muito em termos de habitantes. Só o aumento natural mesmo. O importante é a qualidade do desenvolvimento econômico e social. O Espírito Santo está investindo este ano entre R\$1,6bilhão e R\$1,7bi. É 10% do orçamento. No ano que vem, serão R \$2 bilhões.

—Tem nesse total inclusive recursos de superávit de anos anteriores. Este ano estamos fazendo um acordo com a Petrobras, de uma antiga pendência judicial. Vamos receber, até 2022, R\$ 1,5 bi. É esse dinheiro que vai para o Fundo de Infraestrutura. Esse não é o Fundo Soberano, que é outra coisa. Tudo que é dinheiro que não é recurso permanente estamos colocando no Fundo de Infraestrutura.

Perguntei ao governador se não era complicado fazer uma parceria para investimento em logística com Minas Gerais, que está em situação calamitosa do ponto de vista fiscal. Ele diz que o acordo é bom para ambos, por isso fez reunião com 50 empresários mineiros e diz que o encontro foi “extraordinário”:

— O setor privado precisa se agarrar a algumas lutas que deem dinamismo e movimento.

Uma dessas lutas é integrar a malha ferroviária do estado e de Minas com o resto do Brasil. Diz que a Vitória-Minas é a melhor ferrovia do Brasil, mas está ainda desconectada.

O dinheiro que o Espírito Santo vai receber do leilão da cessão onerosa também vai para o Fundo de Infraestrutura. Se tivesse gastado por conta, estaria em maus lençóis porque o cálculo era que o Espírito Santo receberia mais de R\$ 300 milhões, mas, como o leilão foi frustrante, ficará com R\$ 162 milhões.

Ele diz que o estado tem recursos para investir em creches, em segurança pública, parceria com o Banco Mundial para saneamento, com o BID, para estradas. Na educação, Casagrande diz que continua a obra de Hartung com mais escolas em tempo integral. O estado é o segundo do Ideb. Até 2024, terá metade das suas escolas em tempo integral. O ES é a prova de que o ajuste fiscal vale a pena.

topo ↕

O GLOBO - RJ - PATRICIA KOGUT

O triste fim da TV Escola

O contrato do Ministério da Educação com a TV Escola não foi renovado na última sexta-feira. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro chamou de “energúmeno” o educador Paulo Freire e declarou que a programação do canal “deseduca”. A situação só não está perdida porque o ministério diz ainda “estudar a possibilidade as atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública”. A conferir.

Nos últimos tempos, a TV Escola andava, como gostam de dizer alguns, contaminada por um “viés ideológico”. Um exemplo foi a exibição de “Brasil: A última Cruzada” (foi nota zero aqui na coluna). Nessa série em que Olavo de Carvalho surge como um dos principais entrevistados, a História do país é recontada. Os portugueses, por exemplo, não teriam atravessado o Atlântico em busca de riquezas, e sim para salvar almas.

Mas, criada em 1995, a TV Escola nem sempre foi assim. Ela prestou ótimos serviços à educação e foi responsável por apresentar atrações da melhor qualidade. Como seu sinal por satélite era aberto, ele chegava aos cafundós do país, com uma cobertura muito ampla. Atingia 20 milhões de antenas parabólicas. Esse é um fator muito importante num território imenso como o nosso. Não há escolas em todos os lugares do Brasil, mas televisão, sim. Assim, eram 24 horas de conteúdo educativo, bons documentários, desenhos animados, programação tanto para crianças, adolescentes e universitários quanto para professores. Se a TV Escola realmente acabar, será uma pena.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Bolsonaro descarta reforma ampla, mas pode mudar Weintraub

Não se descarta saída de Mandetta da Saúde para disputar eleições municipais

O presidente Jair Bolsonaro afasta a possibilidade de realizar uma ampla reforma ministerial no início de 2020, mas pode haver mudanças pontuais no primeiro escalão do governo. Interlocutores do presidente ouvidos pelo Valor classificam futuras substituições como “naturais”, uma forma de azeitar as relações e melhorar os resultados em determinadas áreas. É nesse contexto que o ministro da Educação pode deixar o cargo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/12/17/bolsonaro-descarta-reforma-ampla-mas-pode-mudar-weintraub.ghtml>

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Bolsonaro defende fim da TV Escola

Presidente associou canal com orientação de esquerda e criticou Paulo Freire

EDUCAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro defendeu o cancelamento do contrato do Ministério da Educação com a TV Escola. Na visão dele, os programas transmitidos pelo canal eram

todos de esquerda e seguindo os pensamentos do educador Paulo Freire, a quem se referiu como energúmeno. “Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca. Por que a educação do Brasil está lá embaixo? Por causa dessas programações. Agora o pessoal está criticando. Esse tipo de cultura é para acabar mesmo. Queriam renovar o contrato... R\$ 350 milhões iam ser jogados no lixo”, afirmou ao sair do Palácio da Alvorada. Embora Bolsonaro tenha falado em custo de R\$ 350 milhões, a expectativa era de que o novo contrato de gestão com a Roquette Pinto em 2020 ficasse em torno de R\$ 70 milhões, valor similar ao orçamento deste ano. Ainda não há certeza sobre a continuidade do canal.

Segundo a reportagem apurou, Weintraub e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tentaram indicar pessoas para a associação e influenciar os rumos na TV. A alta cúpula da Associação Roquette Pinto avalia que a atitude do governo é uma retaliação porque as indicações não foram acolhidas. Na semana, a emissora passou a transmitir uma série sobre a história do Brasil com visão revisionista, ideológica de direita e conservadora, com entrevistas do escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo.

O presidente ainda associou a TV Escola a indicadores de educação do Brasil e citou resultado de 2018 do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, na sigla em inglês). O programa avalia o conhecimento em leitura, matemática e ciência de estudantes de 15 anos, em 79 países. Os dados de 2018, divulgados na semana passada, mostram uma estagnação no desempenho do Brasil por quase uma década.

Bolsonaro disse também que o dinheiro poderia ser usado para outros programas e citou a TV INES, voltada a surdos. A produção de conteúdo desse canal, vinculado ao Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos), já era feita pela Associação Roquette Pinto. “Não é porque a primeira-dama trabalhava com isso. Eu estou tentando melhorar um pouquinho essa parte. Eu acho que são 5 milhões de pessoas com problemas auditivos e de fala. Isso da 2,5% da população. Vamos passar de 1% para 2,5%.” Antes do fim da entrevista, o presidente disse que “não está prevista” a saída de Weintraub do MEC.

Nos bastidores do governo, o nome dele é dado como certo entre os ministros que serão trocados logo no início de 2020. “Não está previsto mudar. E se perguntasse se está previsto me separar da minha mulher? Não está previsto, vocês vão escrever: ‘olha, talvez ele mude, mas não está previsto’. De acordo com as críticas que eles sofrem, por exemplo, o Weintraub, de acordo com os jornalistas que o criticaram, eu falei: Weintraub, você não sai mais daí (do MEC).”

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Por que cai o interesse nos cursos de ciências sociais e filosofia?

Há cada vez menos vestibulandos com interesse em cursar ciências sociais e filosofia no Brasil. É o que revela o último Ranking Universitário da Folha (RUF). O total de ingressantes nesses dois cursos cai desde o ranking de 2014. A queda percentual no número de ingressantes da edição do RUF de 2014 para a de 2019 foi de 47% em ciências sociais (de 9.826 para 5.169 alunos) e 20% em filosofia (de 6.469 para 5.174 estudantes).

O ranking de cursos avalia, anualmente, 40 graduações de universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país de acordo com o

último Censo da Educação Superior disponível.

A pesquisa não revela os motivos da queda no ingresso de estudantes nas duas áreas, mas para especialistas, algumas hipóteses podem ser traçadas. O cenário pode ser explicado por uma mudança no perfil dos universitários, pela disseminação na sociedade de uma imagem negativa sobre as carreiras e pela reforma do ensino médio, que tirou a obrigatoriedade do estudo dessas áreas por todos os alunos.

A carreira de professor é a que mais absorve os profissionais formados em ciências sociais e filosofia. Em 2008, as disciplinas de sociologia e filosofia tornaram-se obrigatórias no ensino médio. Antes disso, o ensino era opcional. A medida colaborou para aumentar o número de vagas nas escolas para profissionais de filosofia e sociologia.

Reforma no ensino médio

Em 2017, o presidente Michel Temer sancionou a reforma do ensino médio, que flexibilizou o currículo. As disciplinas de filosofia e sociologia deixaram de ser obrigatórias, o que faz com que a carga horária seja reduzida.

O professor Emerson Galvani, vice-presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, acredita que ainda é cedo para avaliar os efeitos da reforma nas escolas. "Os currículos das redes de ensino ainda estão se ajustando a esse novo documento. As mudanças serão sentidas em uma escala maior de tempo". A queda da demanda nos dois cursos ainda não é observada na USP.

Apesar de não ter resultados visíveis nas escolas, o impacto da reforma já é percebido em quem pretende seguir a carreira de professor. "As disciplinas continuarão a existir, mas elas vão sofrer um rearranjo dentro de uma carga horária bem menor. O professor terá que dar aulas para muitas turmas para compensar o número de horas. Isso já afasta o interesse dos jovens pela docência", analisa José Alves, coordenador da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) da Unicamp.

Renato Janine Ribeiro, professor de filosofia e ética da USP, avalia que a crise econômica também pode ter uma influência nesse cenário. A licenciatura costuma atrair estudantes que vem de famílias com menos recursos. Com a crise, os novos estudantes podem preferir um diploma que permita uma inserção mais fácil no mercado de trabalho. "A situação de formação de professor é complicada para quem teme o desemprego. Os jovens podem estar mais preocupados sobre como ganhar a vida no futuro", acredita.

Áreas atacadas por Bolsonaro

Os cursos de filosofia e sociologia já foram acusados por alas do atual governo de fazer "doutrinação ideológica", de serem de esquerda e subversivos. Para o professor José Alves, os ataques às ciências humanas trazem uma imagem negativa e podem influenciar na escolha profissional.

"Eu considero que os professores ou jovens que optam pela carreira docente conhecem bem a realidade do ponto de vista de mercado e salários. Mas o momento atual traz uma perda de credibilidade e desprestígio em relação à função que professores exercem. Isso também contribui para que jovens, às vezes, não tendo tanta clareza, se perguntem se

vale a pena enfrentar tantos obstáculos a respeito de uma profissão", afirma José Alves.

O educador relata que o interesse pela licenciatura está em queda na Unicamp, em todas as profissões, incluindo nas carreiras de exatas. "Isso reflete um possível futuro apagão na formação de professores. No caso específico de filosofia e sociologia, desde as últimas eleições existe um ataque muito grande à imagem da profissão de docente. Aí quando você pensa na cabeça do jovem, ao optar pela carreira, ele tenta também uma empregabilidade possível".

Em abril de 2019, Abraham Weintraub, o ministro da Educação, disse que reduziria o investimento público em faculdades de filosofia e sociologia, colocando essa verba em cursos que "geram retorno de fato". O ministro citou como exemplos os cursos de veterinária, engenharia e medicina. O presidente Jair Bolsonaro apoiou Weintraub e afirmou no twitter que "estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)".

Para Renato Janine Ribeiro, o atual governo não valoriza as ciências humanas. "No governo Bolsonaro existe uma campanha para convencer os jovens de que não existe espaço para a sociologia e filosofia. A sociedade parece ter um descaso muito grande com essas áreas e isso é muito preocupante. As pessoas passam a acreditar que essas são profissões subversivas e improdutivas para o país, que elas não produzem riqueza", acredita.

O professor lembra que essas profissões vão além da carreira de professor e são fundamentais para pesquisas em políticas públicas, que orientam para um projeto de desenvolvimento nacional. "É preciso entender as demandas e fenômenos da sociedade em temas variados como violência e saúde, por exemplo. Filosofia e Sociologia podem não aumentar o PIB de forma direta, mas podem aprimorar processos a partir de uma visão sistêmica".

José Alves tem opinião semelhante. "Há um discurso moralista e preconceituoso em relação a um campo de conhecimento. Se eu falo de dados da sociedade, quem vai interpretar esses dados além das estatísticas? As análises sociais são fundamentais para que prefeituras e Estados possam debater políticas públicas e programas sociais que possam reverter nossos problemas".

O educador lembra que em países desenvolvidos, como Estados Unidos e a França, as disciplinas fazem parte do currículo de diversos cursos superiores, inclusive de Exatas e Tecnológicas. "Os seres humanos nasceram para pensar. E essas disciplinas estimulam o livre pensamento e uma reflexão autônoma. O conhecimento técnico também precisa de uma visão crítica. A questão fundamental da sociologia e da filosofia é entender um fenômeno social", avalia.

O atual corte de verbas em pesquisas para a área de Humanas, também impacta estudantes que vislumbram a pós-graduação e o campo da pesquisa científica. Segundo o professor Emerson Galvani, os efeitos negativos dessa política educacional já se manifestam na sociedade brasileira com os cortes orçamentários nas agências de fomento **CAPES** e **CNPq**. "A sociedade e a comunidade científica precisam ficar atentas a esses novos caminhos, para não perdermos os ganhos das últimas décadas e olhar para um futuro melhor".

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Inep libera cadernos de questões do Enceja 2019

Edição deste ano teve mais de 1,18 milhão de participantes

O Ministério da Educação (MEC) informou hoje (16) que os cadernos de questões do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019 estão disponíveis.

Foram disponibilizados os cadernos de provas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela aplicação das provas. Desde 6 de dezembro, o resultado do exame também pode ser consultado no site do instituto.

Para quem fez o exame do ensino fundamental estão disponíveis os cadernos de questões de ciências naturais, história e geografia, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira, artes e educação física. Para o ensino médio, podem ser acessados os cadernos de ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas, matemática e linguagens.

O Enceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada.

Nessa edição, o exame teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Após um ano do governo Bolsonaro, o que mudou na educação?

Podcast traz entrevista com representante do Ministério da Educação e com repórter da Folha

O primeiro ano do governo Bolsonaro na educação básica pode ser vista como período de paralisia e de excesso de polêmicas. Ou de preparação para arrancada em 2020.

Essas análises divergentes estão presentes no episódio desta semana do podcast Folha na Sala, que entrevistou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo, e o repórter da Folha Paulo Saldaña, que cobre educação na sucursal de Brasília.

Segundo o secretário, o governo tem focado em três pilares desde o início da gestão: alfabetização, educação infantil e formação de professores, além de um foco nos anos finais do ensino fundamental, buscando melhorar os resultados do Brasil no Pisa.

Programas para melhorias nessa área estão em construção, para começarem a efetivamente funcionar no ano que vem, disse Macedo. "Precisamos fazer algo para que essas crianças permaneçam na escola. A maior defasagem se dá em função da região, Norte e Nordeste principalmente, se a criança é pobre ou rica, ou em função de raça e cor. Precisamos trabalhar para reduzir essa distorção social."

O repórter Paulo Saldaña comenta que o comportamento do ministro da Educação, Abraham Weintraub, dado a verbosidade e guerra ideológica, compromete os trabalhos

do MEC. Saldaña disse que o ministério também não tem apresentado os programas com clareza e gerado dúvida no setor.

“Há um diagnóstico de que há uma dificuldade do MEC em consolidar as políticas públicas. Aliada a uma escassez de recurso e uma crise, em que o Ministério teve pouco protagonismo em conseguir mais recursos, se tem uma certa paralisia. Há um certo pessimismo em relação ao que o governo pode fazer e, ao mesmo tempo, isso aumenta muito a pressão aos estados e municípios”, comenta.

O Folha na Sala é um a parceria da Folha com o Itaú Social. O programa é apresentado pelos jornalistas Fábio Takahashi e Ricardo Ampudia.

Você pode acrescentar o nosso programa no seu agregador de podcasts usando o link <https://anchor.fm/s/e66fb94/podcast/rss>

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal Fundo de financiamento da educação básica expira em 2020; demora preocupa especialistas

Brasília

Apontada como o tema central da educação de 2019, a renovação do Fundeb (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica) ficou para o ano que vem.

Sem consenso sobre o texto no Congresso, o atraso traz preocupação acerca da garantia de uma proposta com avanços e da própria continuidade do fundo.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e sua vigência expira em 2020.

Parlamentares e especialistas esperavam a aprovação ainda em 2019 de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que tornasse o fundo permanente, alterasse o formato de distribuição de recursos e ampliasse o papel da União nesse financiamento.

O fundo reúne impostos de estados e municípios e conta com uma complementação da União para estados, e respectivos municípios, que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno. Esse complemento federal hoje é de 10% —cerca de R\$ 14 bilhões, hoje.

Os maiores entraves na discussão entre parlamentares, governantes e especialistas foram o tamanho dessa complementação, o modelo de distribuição e também a inclusão de regras que aliem transferências a resultados.

Colaborou para o impasse uma agenda legislativa apertada e uma participação tímida e desarticulada do governo Jair Bolsonaro na tramitação.

O plano atual da comissão especial que trata do tema na Câmara é votá-lo em fevereiro, tanto na comissão quanto no plenário da Casa. A matéria segue depois para o Senado.

Atores do debate educacional afirmam que, caso não haja aprovação até junho de 2020, o recesso e o calendário eleitoral dificultariam muito uma retomada da tramitação no

segundo semestre.

“Se não aprovarmos até o meio do ano, a melhor chance que vamos ter é prorrogar, porque tem festa junina, Olimpíadas e eleições”, diz João Marcelo Borges, diretor de estratégia política do Movimento Todos Pela Educação. “Seria muito difícil construir durante a disputa eleitoral.”

De acordo com Borges, a boa articulação com o Senado, entretanto, é um sinal positivo para que o texto tenha tramitação acelerada após passar pela Câmara.

Minuta do texto da relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), chegou a ser apresentada na comissão em setembro. A proposta elevava de 10% para 40% a complementação União, de forma gradual.

O MEC (Ministério da Educação) defendeu complementação de 15%. O governo decidiu encaminhar no próximo ano ao Congresso uma versão própria do texto, o que pode embolar ainda mais a tramitação.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz a interlocutores que agrada a ideia de ver o tema arrastado até o último momento como estratégia para tentar emplacar o que o governo deseja.

Mas até mesmo entre os parlamentares os 40% não receberam o apoio esperado, em especial depois que a área econômica divulgou dados imprecisos para reforçar o argumento de que impacto seria inviável.

A Folha apurou que a versão final trará um recuo com relação a isso e proporá um percentual de 20% a 30%.

A ampliação seria escalonada em um grau menos intenso. Antes o índice passaria a 15% já no primeiro ano; agora, a ideia é que a transição comece em 12,5%.

Também estará no texto um formato híbrido de distribuição dos recursos: os 10% que já fazem parte do fundo continuarão da mesma forma, com base na realidade de cada estado (o que vale também para os municípios).

Os recursos extras acima dos 10% seriam rateados a partir da realidade dos municípios, o que atinge cidades pobres em estados ricos (no formato atual, elas não recebem complementação).

Esse modelo atende demanda de estados, municípios e parlamentares que temiam perda de recursos caso todo montante migrasse para o novo formato, considerado mais justo.

Também será incluída alguma medida para atrelar repasses a resultados educacionais e a outros indicadores, como nível socioeconômico. Os detalhes ainda estão sendo construídos.

Segundo Dorinha, o texto está praticamente fechado e houve um esforço para atender diferentes visões.

"Tivemos uma decisão estratégica [de adiar] porque talvez não fosse bom expor um texto neste momento e ter um período muito grande de intervalo [no recesso] para votar."

Os deputados da comissão não conseguiram firmar um canal de interlocução com o governo. Só na última semana a deputada teve um encontro sobre o tema com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Há um consenso de que o texto não será levado a voto, na comissão ou no plenário, sem que haja certeza de apoio na Casa. Parlamentares apostam no protagonismo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para imprimir prioridade ao tema, o que não ocorreu em 2019.

O secretário de Educação de Pernambuco, Fred Amancio, expõe preocupação com o prazo apertado. Ele diz que era importante a aprovação neste ano para que houvesse uma transição mais planejada.

"A discussão precisa ser travada no primeiro semestre, é uma meta para o país, não só do Congresso ou do governo", diz ele, que é vice-presidente do Consed (que reúne secretários estaduais de Educação). "O Fundeb é estratégico para a educação."

O Fundeb representa mais de R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica. O mecanismo, no entanto, não consegue reduzir todas as desigualdades: o valor investido por aluno, dadas todas as fontes, varia quase sete vezes no país, conforme os recursos do município.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unesp 2020: Veja a correção extraoficial da última etapa da 2ª fase do vestibular. Teste incluiu 12 questões de Linguagens e Códigos, além da redação.

Foi aplicada nesta segunda-feira (16) a última etapa da segunda fase do vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) 2020. A prova incluiu 12 questões de Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Inglesa, Educação Física e Arte), além da redação. (Veja as correções extraoficiais dos cursinhos abaixo)

Dos 49.581 inscritos, 11,6% não compareceram. O resultado dos aprovados será divulgado no dia 27 de janeiro de 2020.

Para o professor Antunes Rafael dos Santos, diretor-pedagógico da Oficina do Estudante, de Campinas (SP), a redação exigiu dos estudantes uma importante reflexão e abordou temas como urbanismo e a falta de políticas públicas de transporte coletivo.

"Uma proposta bastante interessante. Cobrou do aluno uma reflexão e uma dissertação sobre a seguinte pergunta: o carro será o novo cigarro? Traçou um paralelo entre os males que o cigarro trouxe ao longo da História, e o fato de hoje a sociedade ter um olhar mais crítico a respeito disso", disse ele.

Segundo o professor, a leitura atenta dos quatro textos de apoio apresentados era fundamental para construção de uma boa dissertação. Foram eles: o Manifesto Futurista, do poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti; um poema de Carlos Drummond de Andrade; uma charge; e uma reportagem jornalística.

Já sobre a prova de português, Antunes considerou que não houve muita surpresa. "Uma prova muito próxima do que costuma ser a prova da Unesp, cobrando do candidato interpretação de texto, em diversos gêneros textuais. E houve a presença de alguns assuntos clássicos, como figuras de linguagem", disse.

Para Antunes, a prova de inglês também cobrou interpretação. "As questões todas versam sobre interpretação de texto. Nenhuma envolvendo aspectos gramaticais propriamente ditos. Apesar de termos gêneros textuais diferentes, o assunto que os permeiam é o mesmo: o conceito de gentrificação, que aborda pessoas de alto poder aquisitivo migrando para bairros de baixa renda", disse.

Segunda fase

A 2ª fase do vestibular da Unesp engloba duas provas. A primeira etapa foi realizada neste domingo (15) e também teve 4h30 de duração. Nessa etapa, os inscritos responderam a 24 questões discursivas, sendo 12 de Ciências Humanas (elementos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e 12 de Ciências da Natureza e Matemática (elementos de Biologia, Química, Física e Matemática). Veja a correção extraoficial da primeira prova.

Vagas

As provas comuns da segunda fase são aplicadas em 31 cidades paulistas (além das 24 onde estão sendo oferecidos cursos, os exames acontecem em Americana, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto e Santo André) e ainda em Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Uberlândia (MG).

A Unesp oferece 7.725 vagas para 2020, sendo 50% das vagas por curso (total de 3.878 vagas) destinadas ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. Dessas vagas do sistema, há reserva 35% a quem se autodeclara preto, pardo ou indígena.

As vagas são para as seguintes cidades: Araçatuba (170 vagas), Araraquara (855), Assis (405), Bauru (1.085), Botucatu (600), Dracena (80), Franca (410), Guaratinguetá (310), Ilha Solteira (470), Itapeva (80), Jaboticabal (280), Marília (475), Ourinhos (90), Presidente Prudente (640), Registro (80), Rio Claro (490), Rosana (80), São João da Boa Vista (80), São José do Rio Preto (460), São José dos Campos (120), São Paulo (185), São Vicente (80), Sorocaba (80) e Tupã (120).

Cursos mais concorridos

Medicina, psicologia e direito são os cursos mais procurados do vestibular Unesp 2020. O curso de medicina, ministrado no campus de Botucatu, tem 311 candidatos por vaga, um número maior do registrado no último vestibular, quando eram 307 candidatos por vaga.

Em seguida vem o curso de psicologia em Bauru, com 60,9 candidatos por vaga (ano passado, o curso teve concorrência de 53,7). Direito, em Franca, tem 47,3 candidatos por vaga (queda em relação ao último vestibular, quando foi 53,3).

Calendário vestibular Unesp 2020

Prova da 1ª fase: 15 de novembro

Aprovados para a 2ª fase: 4 de dezembro

Provas da 2ª fase: 15 e 16 de dezembro

Resultado: 27 de janeiro de 2020

Matrícula virtual nos cursos: 27 e 28 de janeiro de 2020

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Carteirinha estudantil responde por 80% da receita da UNE

Prestação de contas da UNE (União Nacional dos Estudantes) mostra que quase toda a receita da entidade vem da emissão de carteiras estudantis –documento que assegura o direito à meia-entrada em shows, cinema e demais eventos culturais. Em 2017 (último ano com dados divulgados) foram angariados R\$ 14,3 milhões –cerca de 80% do total.

A organização cobra R\$ 35 por carteirinha. Em 2019, a UNE emitiu 273 mil documentos, com estimativa de renda de R\$ 6,2 milhões. O valor representa queda de 56% em relação ao que foi arrecadado em 2017.

A queda na arrecadação deve se acentuar nos próximos anos devido à criação da ID estudantil, lançado no fim do mês passado e que visa substituir o documento físico. Na ocasião, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a ID estudantil “quebra a máfia dessa tigrada que é a UNE”.

Weintraub também reclamou que a entidade “lucra R\$ 500 milhões” por ano com a emissão de carteirinhas estudantis. Não citou a origem da informação.

Líderes da UNE criticaram a iniciativa. Em manifesto, a entidade chamou a ID Estudantil de “iniciativa demagógica” e declarou que a carteirinha física emitida pelo grupo também remunera diretórios acadêmicos e entidades estaduais. O presidente da UNE, Iago Montalvão, disse em artigo publicado na Folha de S.Paulo em 19 de setembro, que o governo pretende “retaliar e perseguir as entidades estudantis”.

ID ESTUDANTIL EM NÚMEROS

O app ID Estudantil permite aos alunos do ensino básico e superior emitir a carteira estudantil de forma digital e gratuita. O documento concede 50% de desconto na entrada de eventos culturais.

Aproximadamente 20.000 alunos já emitiram a ID desde o lançamento do serviço, em 25 de novembro. Até 2 de dezembro, o governo registrou 317 mil downloads do aplicativo da ID Estudantil –somadas as transferências nos sistemas Android e iOS.

A carteirinha digital é gratuita aos estudantes, mas custa R\$ 0,15 por unidade aos cofres públicos. Pelo cálculo, o MEC (Ministério da Educação) já despendeu aproximadamente R\$ 3.000 para emissão das carteirinhas digitais.

A medida provisória que criou o ID Estudantil (MP nº 895/2019) estimou custo de R\$ 5 milhões para a implementação do serviço em 2019. Para a manutenção anual –que inclui os 2 aplicativos do serviço e o sistema com a base de dados–, o custo seria de R\$ 10,5 milhões por ano. O número foi revisado e ampliado para R\$ 12 milhões.

O MEC informou ao Poder360 que gastou R\$ 345,9 mil com o documento em 2019. Em relação aos 2 aplicativos do serviço, o ministério paga mensalmente ao Serpro

(Serviço Federal de Processamento de Dados) R\$ 197,7 mil para hospedagem e R\$ 57,7 mil para o suporte técnico. Desse modo, o custo anual de manutenção dos aplicativos chega a R\$ 3,1 milhões.

A MP da ID Estudantil não foi analisada pelo Congresso até 24 de outubro e entrou em regime de urgência. Os congressistas têm até 9 de janeiro para votar a medida – caso contrário, a proposta perderá a validade.

ALCANCE

O número de IDs deve disparar assim que as escolas e universidades se cadastrarem junto ao SEB (Sistema Educacional Brasileiro). O registro do aluno é pré-requisito para a emissão do documento digital e só pode ser feito pelas instituições de ensino. Por meio do sistema, o governo terá acesso à matrícula, frequência de aulas e histórico escolar dos estudantes. Eis a íntegra do manual.

Até 5 de dezembro, apenas 4% das instituições de ensino básico (fundamental + médio) estavam cadastradas no SEB. O percentual é maior para instituições do ensino superior: 26%, segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

O número total de alunos cadastrados no sistema até agora é de 1,8 milhão (de uma população total de 43,4 milhões de estudantes dos ensinos básico e superior).

Weintraub havia indicado a possibilidade de o estudante retirar gratuitamente a versão física do documento pela Caixa Econômica Federal. Posteriormente, afirmou que o custo seria muito alto e que ainda não é uma opção.

O aluno que quiser a versão física da sua carteira estudantil deve recorrer a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), UNE, Ubes (União Brasileira dos Estudantes) ou consultar a instituição de ensino em que estiver matriculado.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Congresso pode estender benefício de meia-entrada para professores
A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado analisa uma proposta que reduz valor de espetáculos artístico-culturais e esportivos aos educadores

Em reunião na terça-feira (17), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar um projeto de lei que estende o benefício da meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos a professores da educação básica e profissional.

O PL 3.941/2019 altera Lei da Meia-Entrada (Lei 12.933, de 2013) para incluir todos os professores de nível básico e superior entre os beneficiários. Atualmente, só têm garantido esse benefício os docentes das redes de ensino de estados ou municípios que aprovaram leis locais determinando o desconto.

O texto estipula que a condição de docente deverá ser comprovada pela apresentação de carteira funcional oficial, emitida pelas instituições de ensino, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único padronizado e publicamente disponibilizado pelas instituições de ensino e pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), com certificação digital deste, podendo a carteira funcional ter 50% de características locais.

O projeto será analisado em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja apresentação de recurso para apreciação do texto em Plenário.

De autoria do senador Dário Berger (MDB-SC), o projeto foi relatado por Jorginho Mello (PL-SC), favorável à aprovação da proposição.

Alfabetização

Em uma pauta com 15 itens, a CE deverá analisar ainda o PL 4.682/2019, que inclui a alfabetização de jovens e adultos como um dos indicadores de responsabilidade social que devem nortear a avaliação das instituições de educação superior.

De autoria do senador Jorge Kajuru, (Cidadania-GO), o projeto é relatado pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), favorável à aprovação do texto, a ser analisado em caráter terminativo.

O autor expressa preocupação com o grande contingente de brasileiros não alfabetizados e aponta o potencial das instituições de ensino superior para ajudar na redução do índice nacional de analfabetismo.

O relator, por sua vez, observa que o analfabetismo é ainda uma realidade para 6,8% da população brasileira com 15 anos ou mais de idade, o que corresponde a cerca de 11,3 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, a maior parte delas entre os idosos.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Inep libera cadernos de questões do Enceja 2019

O Ministério da Educação (MEC) informou hoje (16) que os cadernos de questões do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019 estão disponíveis.

Foram disponibilizados os cadernos de provas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela aplicação das provas. Desde 6 de dezembro, o resultado do exame também pode ser consultado no site do instituto.

Para quem fez o exame do ensino fundamental estão disponíveis os cadernos de questões de ciências naturais, história e geografia, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira, artes e educação física. Para o ensino médio, podem ser acessados os cadernos de ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas, matemática e linguagens.

O Enceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada.

Nessa edição, o exame teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

COB mantém chefias sem formação científica no Laboratório Olímpico Projeto, que recebeu R\$ 13 milhões em convênio de fomento à ciência e inovação, foi alvo de divergências entre pesquisadores e administradores. Salários estão acima do mercado

A política de contratação e remuneração do Comitê Olímpico do Brasil (COB) é alvo de críticas de diversos cientistas que passaram pelo Laboratório Olímpico nos últimos anos, desde a origem do projeto.

Gerente da área, a ex-jogadora de basquete Jacqueline Godoy recebe R\$ 19.904,00 por mês. Graduada em administração esportiva e educação física, com mestrado profissionalizante em Negócios no currículo e reconhecida pela competência em sua área de atuação, ela não tem nenhuma formação científica.

Os salários de todos os funcionários do setor são pagos com verbas provenientes da Lei Agnelo/Piva, que destina cerca de 1,7% da arrecadação bruta das loterias federais ao esporte.

Como comparação, o provento de professores com doutorado em universidades federais do país varia entre cerca de R\$ 14,5 mil para adjuntos (com até oito anos de experiência); R\$ 16,5 mil para associados (até 16 anos de experiência) e R\$ 22 mil para titulares (que estão no topo da carreira, com mínimo de 16 anos em pesquisa).

Há outros casos controversos de salários acima do mercado em áreas do Laboratório Olímpico. Formada em educação física, Carolina Bastos ganha R\$ 12.697,00 como coordenadora de Esportes.

Ela entrou na entidade em abril de 2011, em funções administrativas, como planejamento e produção de eventos. Segundo informa em seu LinkedIn, a profissional passou para o cargo de analista, em 2015, e para o de coordenadora, em 2017.

Carolina também chefia atualmente o setor de tecnologia esportiva e é responsável por uma área chave na avaliação de desempenho e prevenção de lesões: a biomecânica. Mas, assim como Godoy, não tem especialização científica nem currículo na plataforma Lattes, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual o Laboratório se vinculou no momento da aprovação do projeto. Parte do financiamento da Finep, inclusive, foi destinada a bolsas de estudos.

Tanto Jacqueline quanto o diretor de Esportes do COB, Jorge Bichara, admitem que a relação com cientistas sofreu atritos no decorrer do tempo, em razão de divergências sobre a condução das atividades e as prioridades do Laboratório. Os episódios causaram mudanças no modo de gerenciar a estrutura.

- Uma das dificuldades que encontramos no ambiente científico, e eu acredito de fato na ciência do esporte, é lidarmos com um grupo que, muitas vezes, carrega um ego grande. Eu queria que ninguém se sobressaísse. Tive de baixar a bola de pesquisadores e demitir pessoas - afirmou Bichara.

Jacqueline avalia que o COB saiu de uma ciência "feita só na academia, para outra aplicada ao atleta de alto rendimento", e defende os resultados de sua gestão, marcada pelo afastamento de cientistas especializados em suas áreas de conhecimento. Se antes

cada uma tinha um próprio coordenador, hoje todas estão sob o comando da ex-armadora.

- A equipe é boa. Temos desafios, pois trabalhamos com doutores e mestres, pessoas extremamente acadêmicas, mas que, aos poucos, entenderam a importância de vestir tênis, bermuda e camiseta, e ir para o sol ficar junto com o atleta, porque é lá que teremos a informação precisa. Temos treinadores que utilizam demais a ciência do esporte e conseguem obter o dado necessário para mudar um gestual, uma planilha de treinos ou simplesmente tirar dúvidas - disse Godoy, durante uma visita do LANCE! ao Laboratório Olímpico, em outubro.

Apesar dos desentendimentos com idealizadores do projeto, os atuais gestores elogiam o modelo projetado para o Brasil.

- A grande sacada do pessoal lá atrás foi fazer deste Laboratório um equipamento que pudesse ser colocado ao lado da piscina, da quadra ou da pista de atletismo - completou Jacqueline.

Ex-funcionário fala em corporativismo brasileiro

O LANCE! ouviu profissionais que tiveram ligação com o Laboratório ao longo da história para entender os rumos do projeto. Ex-supervisor de Esportes da área de performance esportiva do COB, Julio Noronha vê relação entre os problemas atuais e o que chamou de "corporativismo brasileiro". Ele foi desligado em 2016.

- O motivo alegado à época (para a demissão) foi redução de RH, mas o hábito no corporativismo brasileiro demonstra que, quando um CEO é desligado e assume um novo diretor, este realoca seus seguidores, no caso aqueles oriundos da massa falida da Rio-2016 - afirmou Noronha.

Ele trabalhou no COB entre outubro de 2008 até novembro de 2016, e participou da implementação do empreendimento, desde a aprovação junto à empresa financiadora até a entrega final do relatório à Coppetec. Foi demitido após mudanças na diretoria de Esportes, com a ascensão de Bichara no lugar de Marcus Vinícius Freire, prata em Los Angeles-1984 no vôlei.

Atualmente, Carlos Alberto Cavalheiro, que chefia o atletismo brasileiro, e o gerente Marcelo Freitas são os encarregados das funções que já foram de Julio.

- A ideia era ser o link na demanda dos técnicos ou atletas, e acompanhar todas as etapas das avaliações das outras áreas. Na saída do laudo integrado, continuaria sendo a ponte desta entrega, realizando a aproximação com alguma área específica que o treinador desejasse se aprofundar - explicou Julio.

Biomecânico diz que houve subutilização de aparelhos

Pós-doutorando em Engenharia Biomédica pelo Programa de Engenharia Biomédica da COPPE, professor de pós-graduação e consultor de empresas de inovação tecnológica na área de Biomecânica de Esporte e Saúde, Pedro Sarmet trabalhou no Laboratório Olímpico entre março e junho de 2018, como autônomo. E confirma que a subutilização

de equipamentos, assim como ocorre na bioquímica, era um problema na sua área.

Sarmet conta que foi encarregado de dar uso aos produtos adquiridos e de ensinar "o básico" da área para Carolina, que supervisionava os relatórios produzidos por ele. Ambos os assinavam.

- A subutilização dos equipamentos que estavam encaixotados havia três anos foi o principal motivo de minha contratação. Alguns dos meus deveres eram diagnosticar o que funcionava, fazer o que não funcionava ser utilizado, escrever um projeto para a produtividade acontecer e ensinar o básico da biomecânica para quem, remanejada do setor de eventos do COB, era provisoriamente responsável pelas avaliações na área - disse Sarmet.

O cientista recebeu três pagamentos por seus serviços, que totalizaram R\$ 10.971,50, menos de um salário atual de Carolina. Durante a passagem do biomecânico, ela foi promovida a coordenadora e passou a ditar as ordens.

Um dos trabalhos de Pedro no COB foi a programação de um algoritmo que processa os dados coletados, como a força e a potência de um atleta, medidos em uma plataforma, e gerar as curvas e valores que fazem sentido para o mundo real, com objetivo de definir o melhor treinamento.

Insatisfeito com as condições de trabalho, a falta de perspectivas e o fato de ser subordinado a alguém que não tinha especialização em biomecânica, ele deixou o Laboratório.

- Eles (COB) estão interessados somente no que o treinador é capaz de entender com base no conhecimento já estabelecido no mundo popular. Não valorizam a ciência que aprofunda em algo - avalia Pedro, que já trabalhou com atletas de taekwondo e triatlo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro escora em Paulo Freire sua falta de ideias

Um governante que se preocupa demais com o espelho acaba vendo apenas a si mesmo. No caso de Jair Bolsonaro, o espelho está nas redes sociais. É ali, na sua bolha, que o presidente se enxerga. Para assegurar que o seu prazer narcísico se prolongue, Bolsonaro fornece aos seus adoradores a matéria-prima que torna o reflexo das suas redes sociais tão fiel à sua própria imagem. Foi nesse contexto que Bolsonaro enfiou no debate sobre a TV Escola a figura do filósofo e educador Paulo Freire. É preciso entender o método de Bolsonaro.

A TV Escola é um canal de televisão. Já pertenceu à estrutura do MEC. Desde 2015, esse canal é gerido por uma associação de direito privado chamada Roquete Pinto. Em teoria, a TV Escola serve para aperfeiçoar o trabalho de professores e melhorar a qualidade do ensino. O contrato do MEC com a associação vence no final do ano. E o governo decidiu que não vai renovar.

A renovação do contrato custaria algo como R\$ 70 milhões por ano. No total, custaria R\$ 350 milhões. Num cenário de penúria fiscal, pode ser uma boa ideia interromper esse contrato. O mais adequado, porém, seria que o governo expusesse os dados técnicos que fundamentaram a decisão, explicando para onde será transferida a verba e

o que será feito para equipar professores e melhorar o ensino.

Em vez de explicações, Bolsonaro se limita a dizer que a TV Escola é "totalmente de esquerda" e "deseduca" o público. E cita Paulo Freire, chamando-o de energúmeno e responsabilizando-o pelos péssimos resultados dos alunos brasileiros no Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Ora, Paulo Freire morreu há 22 anos. Notabilizou-se por desenvolver um método de alfabetização de adultos. Transformá-lo no demônio que fez da educação brasileira um inferno melhora o reflexo de Bolsonaro nas suas redes sociais. E libera o presidente da tarefa de expor ideias para o setor educacional. O que sobra é a impressão de que Bolsonaro não tem ideias para essa área tão prioritária.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Inep libera cadernos de questões do Enceja 2019

O Ministério da Educação (MEC) informou hoje (16) que os cadernos de questões do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019 estão disponíveis.

Foram disponibilizados os cadernos de provas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela aplicação das provas. Desde 6 de dezembro, o resultado do exame também pode ser consultado no site do instituto.

Para quem fez o exame do ensino fundamental estão disponíveis os cadernos de questões de ciências naturais, história e geografia, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira, artes e educação física. Para o ensino médio, podem ser acessados os cadernos de ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas, matemática e linguagens.

O Enceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada.

Nessa edição, o exame teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

ABIPTI - TEMPO REAL

CNPq e IBICT firmam acordo para implementação de repositório de dados científicos

No último dia 12, aconteceu a 8ª Reunião de Acompanhamento do Compromisso 3, conhecido como "Compromisso pela Ciência Aberta" no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O objetivo é estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil.

A execução do Compromisso é coordenada pela a equipe de Governança da Informação e Transparência da Embrapa, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Open Knowledge Brasil, Universidade de Brasília (UnB), Rede

Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, SciELO, Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec) e Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A Ciência Aberta propõe acesso livre e gratuito à informação científica e aos dados de pesquisa, com maior transparência nos métodos científicos, e intensificação dos mecanismos de colaboração na ciência e da participação cidadã, desenvolvimentos que estão de acordo com princípios do Governo Aberto, tais como transparência, accountability, participação cidadã, tecnologia e inovação.

Na Reunião, Rosana Maria Figueiredo, Analista em Ciência e Tecnologia, responsável no CNPq pelo Marco 5 do Compromisso 3 do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto, falou dos avanços com os parceiros e do primeiro ato da participação efetiva do CNPq na OGP com o apoio da Fiocruz, firmando o acordo para o repositório de dados Científicos do CNPq, o Lattes Data. “Nós vamos expandir o Lattes. Já tínhamos a plataforma Lattes, agora temos a expansão dela, o Lattes Data. Agradeço a todos do Marco 5, a **Capes**, Embrapa e os demais parceiros da OGP e peço que vocês compartilhe com a gente a alegria de firmarmos o acordo para a implementação do repositório do Lattes Data do CNPq”, concluiu.

Lattes Data

O Lattes Data é um repositório para armazenamento de dados científicos, constituindo-se numa das dimensões necessárias para implementação da Ciência Aberta no Brasil com a finalidade de disponibilizar o acesso ao conhecimento, resultante de pesquisa científica financiada com recursos públicos oriundos do CNPq. É a expansão da Plataforma Lattes, com o objetivo de armazenar e permitir acesso aos dados científicos oriundos dos projetos fomentados pelo CNPq, permitindo compartilhamento e reuso de dados pela comunidade científica e acompanhamento pela sociedade, bem como possibilitando “múltiplas oportunidades de inovação”.

Armazenar os dados de modo a manter sua preservação no longo prazo e assentar institucionalmente a governança dos dados científicos ensejam o core do propósito da Ciência Aberta neste Conselho, bem como constitui um compromisso que espelha a missão institucional de “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”.

Além disso, a materialização da Ciência Aberta no Lattes Data, poderá tanto catalisar a investigação científica promovendo o aumento da eficiência na produção da ciência, quanto potencializar o valor da informação científica gerada.

A Diretora do Ibict, Cecília Leite explicou a importância de consolidar e tornar mais forte a parceria com o CNPq e que assinatura do acordo vai além dos repositórios que estão sendo criados, e vai além da possibilidade de colocar o DOI nos trabalhos, oferecendo a possibilidade de fortalecimento de uma outra ação importante que vem sendo desenvolvida há cinco anos, o CRIS. “Com isso, a gente consolida efetivamente o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações como os atores principais na orquestração do desenvolvimento científico e tecnológico nesse país”, disse.

Na assinatura do acordo estavam presentes a Diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, e coordenadora da Ação Ciência Aberta no CNPq, Adriana Tonini, o Presidente substituto do CNPq, Manoel da Silva, o Diretor substituto de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq, Carlos Alberto Pittaluga e o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes.

O Presidente substituto do CNPq, Manoel da Silva explicou que o tema Ciência Aberta é muito relevante e que terá um impacto no futuro próximo para ciência, tecnologia e inovação. “A assinatura desse acordo entre o CNPq e o Ibict para a implementação do recurso de dados do CNPq, ganha mais relevância com essa celebração e a entrega de mais uma semente para abertura da ciência das muitas sementes já entregues pelos parceiros da OGP e de muitas outras ações que serão entregues”, concluiu.

Antes de assinar o acordo o ministro Marcos Pontes falou que é um momento muito especial e desejou que o trabalho com o ministério e com todas as unidades seja cada vez mais próximos e que tenham um alinhamento cada vez maior. “Estou cada vez mais convencido que com ciência e tecnologia a gente consegue mudar esse país”, afirmou.

Em vídeo, o presidente do CNPq João Luiz Filgueiras de Azevedo, agradeceu ao Ministro Marcos Pontes sobre a iniciativa de ciência aberta e agradeceu também aos parceiros IBICT, CGU, Embrapa e a iniciativa do Governo Aberto no Brasil. “Hoje estamos aqui para celebrar o início de uma nova parceria CNPq e IBICT, que nos permitirá implantar o primeiro repositório de dados científicos do CNPq o Lattes Data. Essa infraestrutura para armazenamento de dados científicos constitui-se na execução de uma das dimensões necessárias para disponibilização do acesso ao conhecimento, resultante de pesquisas científicas financiada com recursos públicos oriundos do CNPq”, concluiu o presidente.

Fonte: CNPq

topo 

ABIPTI - TEMPO REAL

SBPC se manifesta sobre recursos para periódicos nacionais

O documento enviado ao ministro Marcos Pontes e aos presidentes da Capes e do CNPq alerta para as consequências negativas da queda acentuada dos recursos previstos no edital de 2019 para programa editorial

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) enviou nesta quinta-feira, 12 de dezembro, uma carta ao ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, e aos presidentes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, manifestando grande preocupação os “exíguos” recursos destinados ao Edital 19/2019 do CNPq – Programa Editorial. O projeto tem por objetivo “apoiar propostas para editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização e em todas as áreas de conhecimento, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País”.

Segundo a nota da SBPC, a chamada de 2019 destina apenas R\$ 1 milhão para o edital, quatro vezes menos que na chamada de 2018, quando metade dos R\$ 4 milhões previstos eram provenientes da **Capes**.

“A redução acentuada dos recursos para a edição de revistas científicas brasileiras pode comprometer o estímulo à pesquisa e à sua difusão, com consequências negativas para a ciência brasileira”, alerta a SBPC na carta.

Veja o documento na íntegra abaixo:

NOTA DA SBPC SOBRE RECURSOS PARA PERIÓDICOS NACIONAIS

A SBPC manifesta sua grande preocupação com os recursos exíguos destinados ao Edital 19/2019 do CNPq – Programa Editorial, que tem o objetivo de apoiar propostas para editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização e em todas as áreas de conhecimento, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Na chamada de 2019, apenas 1 (um) milhão de reais foi destinado para o Edital, enquanto, na chamada de 2018, foram destinados R\$ 4 milhões (R\$ 2 milhões provenientes do CNPq e R\$ 2 milhões da **Capes**).

Em anos anteriores a **Capes** aportava recursos para este edital, que é também essencial para a pós-graduação brasileira, considerando que tanto os programas de PG como os pesquisadores individualmente são avaliados pela sua produção científica, publicada em revistas especializadas, e pelos respectivos impactos. Ressalte-se que recursos adicionais ainda poderiam ser aportados para este edital de 2019 e, espera-se, haja recursos adequados para o Edital de 2020. É também importante que sejam divulgados os critérios de seleção dos projetos, que foram utilizados no julgamento deste Edital para o financiamento das revistas científicas brasileiras.

A SBPC, que tem entre as suas missões contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e promover a difusão dos conhecimentos científicos, alerta que a redução acentuada dos recursos para a edição de revistas científicas brasileiras pode comprometer o estímulo à pesquisa e à sua difusão, com consequências negativas para a ciência brasileira.

Fonte: SBPC

[topo](#)

FUNDACRED - TEMPO REAL

Capex anuncia vencedores de prêmio de teses

Com o objetivo de valorizar a pesquisa nacional, o Prêmio **Capex** de Tese entrou na sua décima quarta edição. Nesta quinta-feira, 12 de dezembro, em Brasília, a premiação anunciou vencedores, escolhidos entre as 49 teses premiadas, em todas as áreas de conhecimento.

Os três principais vendedores da noite foram Carolina Levis, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Beatriz Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e José Holanda da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O prêmio elege as melhores pesquisas de doutorado defendidas em 2018. Além dos grandes ganhadores, outras 98 pesquisas participantes receberam menções honrosas. Neste ano, foram enviadas 1.142 inscrições, um recorde histórico, de acordo

com **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Na abertura do evento, o presidente **Capes, Anderson Correia**, ressaltou a importância de reconhecer e incentivar estudos de alto nível na pós-graduação. “Chegar até o mestrado e o doutorado, e ainda ser premiado, é uma alegria muito grande. [Este é] um dia que vai marcar a história de 49 pessoas”, disse.

Entenda – Os principais prêmios são batizados com nomes de importantes cientistas brasileiros. Oscar Sala nomeia a categoria de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, Graziela Maciel Barroso empresta seu nome ao Grande prêmio de Ciências da Vida, e Josué de Castro é o patrono da grande área de Humanidades.

José Holanda da Silva foi o vencedor do prêmio Oscar Sala, orientado por Sérgio Machado Rezende, do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Física da UFPE.

Carolina Levis, orientada por Flávia Regina Capellotto, do PPG em Biologia (Ecologia) do INPA, recebeu o prêmio Graziela Maciel Barroso. “Estou sentindo uma emoção enorme porque eu acho que é fantástico poder estar num momento desse, de celebrar as conquistas científicas”, afirmou.

A vencedora do prêmio Josué de Castro foi Beatriz Schmidt, orientada por César Augusto Piccinini, do PPG em Psicologia da UFRGS. “Para mim é uma grande honra. Penso que é algo para coroar toda a minha trajetória acadêmica, desde o período de iniciação científica ao longo do mestrado, doutorado, doutorado-sanduíche e no período de pós-doutorado também fui bolsista **Capes**”, disse.

Cada grande vencedor recebeu uma bolsa para estágio pós-doutoral em instituição internacional por até 12 meses e R\$ 20 mil. O orientador de cada pesquisa receberá R\$ 9 mil para participação em congresso internacional.

Para a seleção Prêmio **Capes** de Tese foram formadas três comissões, uma em cada grande área do conhecimento, compostas por, no mínimo, três membros e lideradas pelo presidente da **Capes**.

Prêmios especiais

Na solenidade, também foram entregues os prêmios especiais. A Fundação Carlos Chagas premia com R\$ 15 mil as melhores teses nas áreas de Educação e Ensino, e com R\$ 5 mil, as que tiveram menções honrosas. Já a Comissão Fulbright agracia o autor da melhor tese sobre a relação Brasil-Estados Unidos com uma bolsa de pós-doutorado naquele país, no valor de US\$ 16 mil.

Karina Menezes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ganhou na área de Educação e Luzia Voltolini, da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), foi a vencedora na área de Ensino. Thiago Lopes, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi o vencedor pela Comissão Fulbright. Em 2020, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) também será um dos parceiros do Prêmio.

Áreas de avaliação – Os autores das teses vencedoras de cada uma das 49 áreas de avaliação levaram uma bolsa para estágio pós-doutoral em instituição nacional por um período de até 12 meses. Os orientadores receberam R\$ 3 mil para participar de eventos

acadêmicos.

Fonte: CCS/CAPES

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Mesmo blindado, orçamento da ciência já nasce contingenciado para 2020

Proposta do governo reduz em 15% os recursos para o MCTIC e coloca 40% em reserva de contingência, indisponíveis para gasto. “A situação não é nada animadora; temos um quadro muito difícil pela frente”, diz o físico Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

O anúncio de que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ficará isento de contingenciamentos em 2020 foi uma boa notícia inesperada para a comunidade científica nesta reta final de 2019. Mas não há muito o que comemorar. Por baixo dessa “blindagem”, o orçamento proposto para o MCTIC no ano que vem é 15% menor do que o deste ano, e já traz embutido nele um contingenciamento de quase 40%, que não poderá ser desfeito.

“A situação não é nada animadora; temos um quadro muito difícil pela frente”, diz o físico Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Procurado pela reportagem para comentar os números, o MCTIC destacou por meio de sua assessoria de comunicação que vem atuando junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal “no sentido de demonstrar a importância de investimentos contínuos e previsíveis no sistema de ciência, tecnologia e inovação, que são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país”. (Leia a nota completa abaixo.)

O orçamento total previsto para o MCTIC na última versão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2020) apresentado pelo governo é de aproximadamente R\$ 13 bilhões, 15% menos do que os R\$ 15,3 bilhões aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano, segundo uma comparação feita pela assessora Mariana Mazza, da SBPC.

Desse total, cerca de R\$ 5,1 bilhões (39%) estão alocados como “reserva de contingência” — o que significa que o dinheiro está lá, no orçamento do MCTIC, mas não pode ser gasto com ciência e tecnologia (fica reservado para composição de superávit primário e pagamento de juros da dívida pública).

A “blindagem” aprovada pelo governo impede que o orçamento seja contingenciado em 2020, uma vez aprovado o PLOA, mas não desfaz esse contingenciamento que já está embutido no projeto de lei. “Importante ressaltar que essa reserva de contingência não é liberada nunca”, diz o professor Glaucius Oliva, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da USP. “Não é um chocolatinho que vai voltar no fim do ano, se as coisas melhorarem. É um dinheiro perdido.”

Além disso, R\$ 1,3 bilhão (10% do total) estão inscritos no orçamento como “crédito suplementar”, sujeito a aprovação posterior do Congresso Nacional para sua utilização. Ou seja, é um recurso que está previsto, mas não garantido.

No fim das contas, excluindo-se ainda os recursos já comprometidos com salários, aposentadorias e outras despesas obrigatórias, o que sobra como recursos discricionários, disponíveis para investir em ciência e tecnologia, são R\$ 4,7 bilhões — uma redução de 38% em relação a 2019, segundo os dados da SBPC.

“A perspectiva para 2020 segue muito ruim”, conclui Oliva, que também é ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — um dos órgãos mais afetados pelos cortes.

“O orçamento proposto para o CNPq em 2020, de R\$ 1,3 bilhão, garante o pagamento de bolsas para o próximo ano, mas reduz a quase zero (R\$ 17,6 milhões) os recursos disponíveis para financiamento de projetos de pesquisa e outras atividades de fomento, que são a razão primordial de existir do conselho. Principal agência de fomento à pesquisa científica no Brasil, o CNPq chegou a empenhar R\$ 3,3 bilhões de orçamento em 2014, segundo Oliva, sendo R\$ 1 bilhão disso em fomento.

O edital mais tradicional de apoio à ciência básica do órgão, conhecido como Chamada Universal, costumava distribuir R\$ 200 milhões em recursos para irrigar milhares de projetos de pesquisa em todo o Brasil. Nos últimos anos, nem chegou a ser realizado.

“A situação do CNPq é dramática, e toda a ciência brasileira sofre com isso”, afirma Moreira. Para piorar a situação, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, agência de fomento vinculada ao Ministério da Educação (MEC), deve ter seu orçamento cortado em quase 30% em 2020, com possíveis impactos sobre os programas de pós-graduação, que são a principal máquina de produção científica do País.

Votação final

A proibição de contingenciamento do orçamento do MCTIC em 2020 faz parte de um pacote de ressalvas feitas por parlamentares à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e acatadas (em parte) pelo presidente Jair Bolsonaro no início deste mês.

Na terça-feira, dia 10, o Congresso aprovou ainda uma emenda, articulada pela SBPC e apresentada pelo deputado pernambucano João Campos (PSB), que estende essa “blindagem” à Embrapa, Fiocruz, IBGE, Ipea e ao FNDCT; mas essa extensão ainda depende de aprovação presidencial.

A expectativa é que a PLOA 2020 seja votada no dia 17, às vésperas do recesso parlamentar — como ocorre todos os anos. O Legislativo tem poder para alterar o orçamento enviado pelo Executivo, mas não é o que costuma ocorrer. “O Congresso não tem tradição de mexer no orçamento, diferentemente do que ocorre em outros países”, ressalva Moreira. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Congresso reverteu vários cortes à ciência propostos pelo presidente Donald Trump nos últimos anos. Em vez de diminuir, aumentaram os investimentos no setor.

Nota do MCTIC à reportagem:

“Em relação à obrigatoriedade das despesas com Ações vinculadas à Função Ciência, Tecnologia e Inovação na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) destaca a atuação da pasta no ano de 2019 com o Congresso Nacional e o Governo Federal no sentido de demonstrar a importância de investimentos contínuos e previsíveis no sistema de ciência, tecnologia e inovação, que são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país.

Por sua própria natureza, a pesquisa científica é particularmente sensível a interrupções, podendo acarretar em prejuízo nos resultados e inviabilizar a continuidade do trabalho de pesquisadores, que muitas vezes dedicam muitos anos a um único projeto. Não obstante a boa notícia para a comunidade científica, o MCTIC esclarece que tem priorizado os recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas, não aplicando qualquer tipo de contingenciamento em seus orçamentos e mantém permanente diálogo com os gestores de suas entidades vinculadas para que os recursos sejam otimizados, minimizando o impacto em suas atividades.

Quanto aos recursos para fomento no CNPq, o MCTIC informa que o valor precisa ser ampliado e está buscando a complementação do orçamento. Sobre o FNDCT, trata-se de um dos principais instrumentos de fomento à inovação do país, portanto é importante que os recursos do fundo sejam destinados a essa finalidade.”

Jornal da USP

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Capes fecha ano com crédito adicional de R\$ 200 milhões

Os valores adicionais serão investidos em bolsas da pós-graduação no Brasil e no exterior, e de formação de professores da educação básica

A **Capes** terá mais recursos este ano para executar seus programas voltados à pós-graduação e formação de professores da educação básica. Nesta sexta-feira, 13, a fundação recebeu R\$ 200 milhões em crédito adicional ao seu orçamento. Com o novo recurso, o orçamento da **Capes** chega a R\$ 4,19 bilhões em 2019, valor 9% superior aos R\$ 3,84 bilhões de 2018.

“Esse crédito adicional mostra a prioridade do governo em relação à educação, pós-graduação e formação de professores. Estamos cumprindo todos os compromissos assumidos ao longo do ano e dando passos sólidos para avançarmos ainda mais em 2020”, afirma **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

Em novembro, a **Capes** já havia recebido a liberação de 100% dos seus recursos que estavam contingenciados. A Coordenação paga, atualmente, cerca de 200 mil bolsas de pós-graduação, no Brasil e no exterior, e de formação de professores.

Apenas neste ano, 16 editais em cooperação internacional foram lançados, com oportunidades para estudantes brasileiros buscarem formação de alto nível fora do País. Ainda em 2019 foi criado o Programa Ciência é 10, que beneficiará 400 mil crianças e adolescentes por meio da formação continuada de 4 mil professores de ciências.

Os valores adicionais serão investidos em bolsas da pós-graduação no Brasil e no exterior, e de formação de professores da educação básica. Também serão destinados à manutenção do Portal de Periódicos, que atende estudantes e pesquisadores de mais de 400 instituições de ensino superior.

Outros quatro programas irão destinar mais de 80 milhões para a pesquisa na Amazônia Legal. Além disso, serão investidos 200 milhões na concessão de 1,8 mil bolsas em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, em parceria com os estados. “São exemplos de um conjunto de ações que valorizam a educação e apontam para uma melhoria dos nossos indicadores de desempenho, no Brasil e internacionalmente”, ressalta o presidente da **Capes**.

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Um futuro para se viver da ciência

Levantamento da USP indica áreas promissoras; entre as pesquisas em andamento estão experimentos para deter derramamento de óleo em praias

Cortes de investimento, estrutura obsoleta e fuga de cérebros para outros países. Problemas como esses compõem a lista de desafios imposta a diversos segmentos da comunidade científica. No entanto, mesmo em meio à tormenta, alguns campos de produção de conhecimento navegam com uma certa estabilidade.

Um levantamento feito pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) indica as áreas que tiveram o maior número de pesquisas acadêmicas com financiamentos entre 2011 e 2018. Na relação, segmentos como Genética, Farmacologia, Biologia Vegetal, Ciência dos Materiais e Astronomia concentram a maior parte dos projetos com recursos advindos das 20 principais entidades que atuam no fomento a pesquisas no País, incluindo instituições ligadas ao poder público federal – como CNPq, **Capex** e o BNDES –, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (como a paulista Fapesp) e os entes privados nacionais e internacionais que administram recursos empresariais e institucionais.

Veja o texto na íntegra: O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Série Mulheres Cientistas entrevista pesquisadora da UFMG que descobriu molécula para tratar inflamação

Michelle Sugimoto venceu o Prêmio **Capex** de Tese 2019 com pesquisa sobre a molécula plasmina, que inova no tratamento de doenças inflamatórias crônicas

Com a tese Estudo do sistema plasminogênio/plasmina na resolução da inflamação: efeitos nas funções de macrófagos e neutrófilos, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da UFMG, Michelle Sugimoto descobriu, de forma inédita, que a plasmina é uma molécula pró-resolutiva que induz ao término da inflamação, além da sua função anticoagulante.

A descoberta inovadora sobre a substância produzida no fígado é um avanço no tratamento de doenças inflamatórias crônicas ou com componentes inflamatórios. “É

um passo à frente para termos novos fármacos no futuro que ajudarão nos desafios que ainda permanecem para tratar pessoas com enfermidades como a artrite, gota, Alzheimer, obesidade, dentre outras”, destaca a cientista Michelle Sugimoto.

Mais informações sobre a pesquisa podem ser conferidas no sétimo episódio da série Mulheres Cientistas, produzida pela TV UFMG.

Lançada em outubro, a série da TV UFMG tem o objetivo de contribuir para a reflexão sobre as questões, dilemas e desafios enfrentados por mulheres que fazem pesquisa no Brasil. Os episódios anteriores abordaram as trajetórias das pesquisadoras Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação (FaE); Aline Miranda, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB); Raquel Minardi, do Departamento de Ciência da Computação (DCC); Adla Betsaida, também da FaE; e Ana Cristina Simões, do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina e Sônia Carvalho, do Instituto de Ciências Exatas (Icex).

Ascom UFMG

topo ↕

TODA HORA - TEMPO REAL

Bolsonaro chama Paulo Freire de energúmeno e diz que TV Escola deseduca Paulo Freire foi declarado o patrono da educação brasileira em 2012, mas recebe críticas do atual governo

O presidente Jair Bolsonaro chamou nesta segunda-feira (16) de “energúmeno” o educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e declarou que a programação da TV Escola “deseduca”.

Na última sexta (13), o contrato não foi renovado com a associação responsável por gerir a TV Escola desde 1995. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que estuda a possibilidade das atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública.

Bolsonaro fez as afirmações contra Paulo Freire e a TV Escola na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada, enquanto conversava e tirava fotos com apoiadores, e foi questionado sobre o tema.

O presidente defendeu a decisão do ministério de não renovar o contrato e disse que a audiência da TV Escola é muito baixa.

“Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca”, afirmou o presidente.

“Queriam que assinasse agora um contrato, o Abraham Weintraub [ministro da Educação], de R\$ 350 milhões. Quem assiste a TV Escola? Ninguém assiste. Dinheiro jogado fora”, acrescentou.

Segundo Bolsonaro, a educação do Brasil tem desempenho ruim e avaliações por causa “dessas programações”, com a da TV Escola que, na sua opinião, tinha uma programação “totalmente de esquerda”, que promovia “ideologia de gênero” com recursos públicos.

Energúmeno

De acordo com o presidente, as mudanças que a sua gestão implementa terão reflexos na educação do país num prazo entre cinco e 15 anos. Ao concluir o argumento, ele chamou o educador Paulo Freire de “energúmeno” que, de acordo com a definição do dicionário Aurélio, quer dizer “endemoninhado, fanático, possesso”.

“Era uma programação [da TV Escola] totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a cinco, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos [no ministério], tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda”, disse Bolsonaro

Mês passado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) alterou a plataforma criada para os professores buscarem cursos de aperfeiçoamento profissional e retirou a homenagem ao educador Paulo Freire do nome. Agora, a “Plataforma Freire” se chama “Plataforma da Educação Básica”.

“Olha a prova do Pisa, estamos em último lugar no mundo, se eu não me engano, matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos os últimos da América do Sul. Vamos esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação?”, completou.

Bolsonaro estava se referindo ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Na mais recente avaliação, feita em 2018 e divulgada neste mês, o Brasil não ficou em último lugar, embora o desempenho tenha sido baixo. Entre os países da América do Sul, a Argentina ficou em último lugar.

Paulo Freire

Paulo Freire foi declarado o patrono da educação brasileira em 2012. O educador desenvolveu uma estratégia de ensino baseada nas experiências de vida das pessoas, em especial na alfabetização de adultos.

Uma dos livros de Freire, “Pedagogia do Oprimido”, é o único livro brasileiro a aparecer na lista dos 100 títulos mais pedidos pelas universidades de língua inglesa consideradas pelo projeto Open Syllabus.

A metodologia de Freire vem sendo criticada por integrantes do governo Jair Bolsonaro, que atribuem a ela o baixo desempenho escolar do país em detrimento a maiores investimentos no setor e na formação continuada de professores.

topo ↕

TRIBUNA RIBERÃO - TEMPO REAL

Capex abre 66 mil bolsas para licenciatura e formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** anunciou a abertura de 66 mil vagas para a formação de estudantes de licenciatura e professores da educação básica, a um custo de R\$ 325 milhões.

Cinco editais serão publicados, provavelmente no dia 18 de dezembro, visando as formações, por meio de bolsas que serão implementadas a partir de março de 2020.

Dois editais serão dirigidos a graduandos de cursos de licenciatura, sendo um voltado a

estudantes na primeira metade do curso, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); e o outro a estudantes de licenciatura que estão na segunda metade do curso, por meio do Programa Residência Pedagógica. A estes dois grupos serão destinadas 60 mil bolsas, a um custo total de R\$ 305,8 milhões.

Dos três editais restantes, dois serão para formação no exterior (um para professores de língua inglesa, nos Estados Unidos; e um para professores de educação básica, no Canadá). Serão oferecidas 500 vagas para bolsas no exterior, envolvendo instituições estrangeiras parceiras. Nesses casos, a **Capes** financiará a bolsa da permanência, as passagens aéreas e todos os custos associados à formação.

“Com isso o professor da rede se candidata, vai ao exterior, ganha uma formação de altíssimo nível, retorna e transmite conhecimento aos alunos, tornando-se multiplicador com as parcerias que temos com estados e municípios”, disse o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, durante a solenidade na qual os editais foram anunciados.

O quinto edital é destinado a docentes da rede pública que não possuem formação em licenciatura na área em que já atuam na sala de aula. A expectativa é a de abrir 150 turmas em licenciatura, que atenderão cerca de 6 mil professores da educação básica. A definição dos locais onde os cursos serão oferecidos depende ainda de um levantamento de demandas das secretarias estaduais e municipais de educação.

Segundo o presidente substituto do Inep, Camilo Mussi, cerca de 60% dos professores dos ensinos fundamental e médio lecionam as matérias nas quais se formaram. “Isso significa que os outros 40% de professores lecionam em matérias diferentes das de sua formação”.

Para Correia, os editais anunciados hoje ajudarão a corrigir “esses problemas históricos e aperfeiçoará a formação dos professores com dificuldades devido à formação”. Segundo o presidente da **Capes**, serão oferecidos cursos à distância e presenciais a esses professores, por meio de parcerias com universidades.

O governo trabalha com a expectativa de que esses cursos e bolsas reflitam positivamente nas futuras avaliações, tanto de professores como de alunos. “Melhorar a qualificação e a formação dos professores, certamente impactará diretamente nos resultados das avaliações feitas pelo Inep. Com certeza um professor melhor formado vai impactar nos índices avaliativos”, ressaltou Mussi.

Edição: Valéria Aguiar

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ação do MEC pode acabar com a única TV para surdos do Brasil
Ministério da Educação encerrou contrato com a gestora da TV INES, que tem programação 100% em Libras. "O MEC misturou números para confundir o povo brasileiro", afirma a Associação Roquette Pinto. Questionada pelo #blogVencerLimites, a pasta comanda por Abraham Weintraub não respondeu. Ministro publicou comentário no Twitter. "Tem coisa melhor a fazer com esse dinheiro".

Está em cheque a continuidade da TV INES, primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com legendas e locução, fruto de uma parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), que geria a TV Escola até a última sexta (11).

Na semana passada, a ACERP foi obrigada a desocupar o espaço que usava no prédio do Ministério da Educação (MEC) porque o contrato que mantinha com a pasta comandada atualmente por Abraham Weintraub não foi renovado pelo governo federal.

Em nota, a Associação Roquette Pinto afirma que a decisão do MEC foi uma surpresa e que o ministério usou informações falsas para justificar o rompimento.

Telejornal apresenta notícias em Libras e na língua portuguesa

“O Ministério da Educação (MEC) decidiu não renovar o contrato de gestão da TV Escola com a ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), o que repercutiu fortemente na mídia e nas redes sociais, gerando inverdades que precisam ser desmentidas.

A diretoria atual, eleita em fevereiro de 2019, está alinhada com o governo Bolsonaro e defende os valores do povo brasileiro, inclusive ao buscar levar uma nova programação que atenda as expectativas e os sentimentos da nação brasileira.

Apesar do processo de renovação ter aparentemente corrido normalmente, mesmo com silêncio do MEC por alguns meses, houve uma decisão abrupta de não renovação, 18 dias antes do encerramento do contrato. Antes disso, mesmo com o processo em andamento, despejaram a produção da TV que fica no prédio do ministério especialmente para cobrir as atividades do governo.

Certamente o ato de não renovar o contrato pegou os integrantes da ACERP de surpresa, porém a maior preocupação da Associação é a possível interrupção repentina das atividades da TV Escola, plataforma voltada não somente a alunos, mas também a professores e gestores, que passaram a ter acesso a uma nova visão de educação; e da TV INES, dedicada à comunidade surda do Brasil, com conteúdo 100% em LIBRAS.

Lembramos que a ACERP não produz apenas conteúdo educativo, mas também de capacitação de professores e de ensino à distância, essencial no contexto de ampliar a educação ao reduzir custos financeiros de dezenas ou centenas de milhões. Portanto, é inquestionável que um canal de comunicação de educação como a TV Escola esteja dentro do contexto de levar o ensino aos quatro cantos do Brasil.

A marca TV ESCOLA não se confunde com o CANAL televisivo (sinal), de modo que é legalmente absurda a afirmação de que o MEC irá “continuar a TV ESCOLA”. De fato, ocorrerá potencial “repasso de serviços” pelo Ministério, por meio de procedimento administrativo e, tratando-se de entidade pública, tem a necessidade de explicação orçamentária específica para o Tribunal de Contas da União, em tempo recorde (com legalidade discutível) de algumas semanas ou meses.

No tocante ao aspecto financeiro, o MEC misturou números para confundir o povo brasileiro. A proposta de um novo contrato com a ACERP previa um investimento ao

redor de R\$ 70 milhões por ano na TV Escola, muito próximo do valor previsto para 2019, quantia essa que compromete apenas 0,06% do orçamento do MEC previsto para este ano, segundo o Portal da Transparência. Os conselheiros do Ministério, em uma reunião no mês de novembro, votaram a favor da renovação com esse mesmo valor. Cabe destacar que neste ano de 2019 o MEC cortou quase 50% do repasse previsto para o período.

Quanto ao CONSELHO DA ACERP, o MEC possui influência e votos, entretanto, por omissão injustificada, levou mais de 5 meses para indicar os seus conselheiros, o que atrasou e dificultou seriamente a solução de vários elementos de ordem interna desta entidade. Reitera-se que a maioria dos membros pode ser trocada a qualquer tempo, mesmo com o mandato.

No que tange à qualidade, a TV Escola possui uma série de prêmios, inclusive internacionais; uma audiência maior que as TVs do governo e maior do que a do canal Futura; tudo isso, com custo bem menor. Em momento algum do presente exercício do Contrato de Gestão houve qualquer documento do MEC manifestando a insatisfação com a qualidade dos programas. Pelo contrário, a Comissão de Avaliação (composta por membros das secretarias do MEC) aprovou com uma nota 9,85 (a máxima é 10) os diversos indicadores e parâmetros de qualidade previstos e exigidos no Contrato de Gestão.

Importante destacar que o MEC, com orçamento de R\$ 148 bilhões, lança, no início de dezembro, o programa de Literacia Familiar, uma das principais e únicas entregas da equipe ministerial atual. A produção dos vídeos foi feita pela TV ESCOLA, sem custo extra ao ministério, o que é mais uma vantagem do modelo de Organização Social.

Infelizmente, o fim do contrato não atinge apenas a TV Escola. A Cinemateca Brasileira, da Secretaria Especial de Cultura, com o maior acervo de filmes e documentos relacionados da América Latina, também sai da administração da ACERP, que vem desempenhando um ótimo trabalho na restauração e preservação da memória audiovisual nacional. Além disso, a TV INES, com 100% do conteúdo em LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais, será afetada. Essa TV é referência entre a comunidade surda do Brasil, que vem ganhando destaque com o belo trabalho em defesa da acessibilidade feito pela Primeira-Dama Michelle Bolsonaro.

Por fim, a atual equipe da centenária Associação Roquette Pinto reforça publicamente o compromisso com o Presidente Jair Bolsonaro de colocar o “Brasil acima de tudo” e continuar trabalhando permanentemente com o sonho de melhorar a vida das pessoas por meio da aprendizagem”, diz a nota da assessoria de Imprensa da ACERP.

Abraham Weintraub

✓

@AbrahamWeint

A militante "reclama" da não renovação Roquete Pinto/TV Escola. Deixo claro: defendo reduzir o Estado. Já pagamos muito imposto. O contrato, caindo pela metade, era de R\$ 350 milhões por 5 anos. Tem coisa melhor a fazer com esse dinheiro. O dia que não tiver, corte-se impostos.

25,9 mil

22:29 - 13 de dez de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

6.221 pessoas estão falando sobre isso

RESPOSTA – Questionado pelo #blogVencerLimites sobre o futuro da TV INES, o Ministério da Educação ainda não respondeu.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro chama educador de burro para ocultar caos no comando da Educação

Jair Bolsonaro chamou o educador Paulo Freire de "energúmeno" - segundo o dicionário Houaiss, um ignorante, boçal, imbecil - e relacionou, nesta segunda (16), a filosofia de ensino de um dos mais respeitados pedagogos do mundo ao baixo resultado que o Brasil teve no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Também defendeu o fim do apoio à TV Escola por seu ministro Abraham Weintraub, afirmando que ela "deseduca", que é "totalmente de esquerda" e que propaga "ideologia de gênero".

Cada vez que xinga Freire, o presidente provoca orgasmos em sua militância que, como ele, entende tanto da filosofia de ensino do educador quanto de mecânica de foguetes espaciais e de engenharia genética. Como papagaios, repetem exaustivamente as críticas de militares da ditadura e de gurus e influenciadores da extrema direita sobre o pernambucano. Esses sim compreendem o poder da concepção de Paulo Freire para que as pessoas formem-se nas letras e sejam cidadãs de fato. E, por isso, desejam enterrá-lo.

A ideia é tão simples quanto genial. Consiste - grosso modo - a usar a realidade dos alunos para ensiná-los. Para aprender a palavra "tijolo", discute-se o que ela representa para todos - quem sabe fazer um tijolo, quem o compra, quem o vende, quem lucra com ele. Para entender a palavra "trabalho", pode-se incentivar o aluno a conhecer a CLT, seus direitos e deveres. Isso encara a educação não apenas como um processo técnico de passar dados, mas como um caminho para que todos possam exercer sua cidadania plena. Por isso, é visto como subversivo por aqueles que preferem um povo que apenas diga amém.

Em abril, publiquei uma reportagem de Marcelle Souza, da Repórter Brasil, aqui no blog, contando a história do povoado de Angicos, no Rio Grande do Norte, com altas taxas de pobreza e de analfabetismo. Nele, em apenas 40 horas, um grupo de professores liderado por Paulo Freire ensinou 300 adultos a ler e a escrever e fomentou a percepção sobre os direitos trabalhistas e o direito ao voto. Era 1963. Como houve o golpe no ano seguinte, os militares não deixaram que a ideia fosse implementada no plano nacional de alfabetização. Freire foi demitido e teve que se exilar para não ser morto.

O ódio de Bolsonaro contra o educador é antigo. Ele já disse que iria usar um "lança-chamas no MEC para expulsar Paulo Freire lá de dentro". O presidente pode não entender o que ele defendia, mas sabe que seu resultado significa um povo mais consciente e difícil de ser manipulado. E isso é algo que alguém que acredita que Messias não é só um sobrenome não pode admitir. Culpar o educador pela situação da educação é como culpar o brigadista que apaga incêndios pelo fogo na floresta. Freire é nosso acadêmico mais citado e nosso professor mais traduzido para outras línguas. Sua concepção de ensino é respeitada por professores em todo o mundo. Por

aqui, apesar de criticado, ajudou a reduzir o analfabetismo após a redemocratização.

Mas trazer a realidade dos alunos para a sala de aula não é a única ferramenta para termos educação de qualidade. O Brasil conta com uma formação precária dos docentes e com alunos que saem do Ensino Médio analfabetos funcionais. Assiste a roubo, ausência e baixa qualidade da merenda escolar. Paga baixos salários aos professores e não fornece estrutura suficiente em todas as escolas.

E mesmo com essa situação, Jair Bolsonaro teve a irresponsabilidade de deixar a cadeira de ministro da Educação vaga desde que assumiu o mandato. Indicou dois gerentes que serviram para desperdiçar tempo do país, substituindo a busca pela melhoria da educação básica e superior por debates que reescrevem o passado.

Por isso, a frase mais paradigmática do presidente, nesta manhã de segunda, não foi o xingamento a Freire ou as críticas à TV Escola, mas dizer que essas ações tomadas agora "daqui a cinco, dez, quinze anos, vai ter reflexo".

Como aqui já disse, Bolsonaro usa a área da educação para implementar um "Ministério da Verdade", como no livro "1984", de George Orwell. Quer castrar a liberdade de ensino com uma intervenção no significado e no sentido da educação pública, acabando com instrumentos que democratizam o conhecimento. Ricardo Vélez e, depois, Abraham Weintraub cumprem esse papel, declarando guerra às liberdades conquistadas desde a Constituição de 1988. Afinal, para a extrema direita, a sociedade está corrompida e degradada por conta delas, precisando de refundação. Buscam sua ressignificação.

Esqueçam o desvio do orçamento da educação para pagamento de juros da dívida pública, esqueçam a incapacidade administrativa e gerencial, o sucateamento e a falta de apoio para a formação dos profissionais, os salários vergonhosamente pequenos e atrasados, a falta de planos de carreira, a ausência de infraestrutura, de material didático, de merenda decente, de segurança para se trabalhar. Esqueçam os projetos impostos de cima para baixo que fecham escolas e desfazem comunidades escolares. Esqueçam o gás lacrimogênio e as balas de borracha contra professores que fazem greve.

Para o presidente, o problema da educação são mamadeiras de piroca fictícias, ilustrações de pipius e xaninhas em cartilhas voltadas a explicar a adolescentes cuidados de saúde com o próprio corpo e a presença de conteúdo didático destinado a explicar aos estudantes que não se deve bater em mulheres, homossexuais e transexuais.

E a culpa da situação da educação no Brasil é de Paulo Freire, da TV Escola, de estudante vagabundo (Bolsonaro disse, na última quinta (12), que estudante "faz tudo, menos estudar") ou "imbecil" e "idiota útil" (como se referiu aos jovens que protestavam pela educação em maio). Além, é claro, de professor "comunista".

Como também já disse aqui, burrice não é desconhecer a norma culta da língua. Burrice é menosprezar o conhecimento, chegando a odiar quem o detém ou quem busca aprendizado. Burrice é encarar preconceitos violentos como sabedoria. Burrice é tentar destruir, de forma violenta, o conhecimento que ameaça jogar luz sobre a própria burrice. A burrice, como manifestação da negação do conhecimento, avança quando os governantes acham possível construir uma sociedade melhor jogando na lata do lixo os

instrumentos usados para refletirmos sobre seus erros e acertos.

No dia 10 de maio de 1933, montanhas de livros foram criadas nas praças de diversas cidades da Alemanha. O regime nazista queria fazer uma limpeza da literatura e de todos os escritos que desviassem dos padrões impostos. Centenas de milhares queimaram até as cinzas. Einstein, Mann, Marx, Freud, entre outros, foram perseguidos por ousarem pensar diferente. A opinião pública e parte dos intelectuais alemães se acovardaram ou acharam pertinente o fogaréu nazista, levado a cabo por estudantes que apoiavam o regime. Deu no que deu.

E hoje vemos muitos se acovardarem diante de ondas intolerantes frente à livre circulação do conhecimento humano e a possibilidade de seu aprendizado.

Não estou comparando nossa sociedade com a de movimentos totalitários. Apenas dizendo que a burrice é atemporal e universal.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

ZERO HORA - RS - GERAL

Viagem às entranhas da Terra

Pesquisadores farão expedição na costa brasileira para definir onde América do Sul e África se separaram há 120 milhões de anos

As águas da costa brasileira serão palco, em 2020, de uma grande expedição científica internacional que busca conhecer as profundezas dos oceanos e investigar as origens e a estrutura do planeta Terra. A bordo do navio norte-americano Joides Resolution, pesquisadores de vários países irão perfurar o fundo do Oceano Atlântico, a 300 quilômetros de Recife (Pernambuco), para buscar evidências do ponto onde a América do Sul se separou da África, 120 milhões de anos atrás.

- Costumo dizer que o homem foi à Lua, mas não conhece os oceanos. O Atlântico tem muitos buracos, nas não conhecemos muito sobre sua história. Quanto ao Atlântico Sul, da linha do Equador para baixo, sabe-se menos ainda - afirma o geólogo Gerson Fauth, coordenador do Instituto Tecnológico de Micro-paleontologia da Unisinos e um dos chefes da expedição.

Na Expedition 388 - Equatorial Atlantic Gateway, os pesquisadores estudarão a evolução tectônica, climática e biótica do chamado Portal Equatorial do Atlântico, em três locais, próximos ao Platô Pernambucano. Será entre 26 de junho e 26 de agosto de 2020. O trabalho é parte do International Ocean Discover, Program (IODP), programa internacional de pesquisas marinhas que reúne boa parte da comunidade científica atuante nas ciências do mar em águas profundas de diversos países usando avançada tecnologia em perfuração oceânica. O Brasil integra o consórcio desde 2013, enviando pesquisadores por meio de financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Estrutura

O Joides Resolution tem equipamentos de última geração voltados à pesquisa geofísica, geoquímica, microbiológica e paleoclimática. Com 130 metros de comprimento, passa a maior parte do tempo percorrendo o mundo. Cada expedição, a um custo de US\$ 25 milhões, conta com grupos de pesquisadores diferentes, embarcados por dois meses.

A embarcação tem capacidade para furar até 2 mil metros, após percorrer 5 mil metros de lâmina d'água (distância entre superfície e fundo do oceano). Por meio de um sistema de dutos, são extraídos sedimentos. São retirados grandes pedaços de 10 em 10 metros. Quanto mais profundo o trecho de sedimento, mais antiga é sua formação. Assim, é possível estudar componentes e estabelecer a idade de determinado pedaço de rocha.

A escolha da costa do Nordeste para perfuração não é por acaso. Os pesquisadores afirmam que ali seria o ponto exato da separação entre os continentes americano e africano. Companhias de petróleo têm algumas informações, mas, conta o professor, como elas fazem perfurações de forma rápida, não conseguem retirar amostras científicas em qualidade.

- A Terra funciona como um bolo, as fatias que ficam na parte superior são as mais recentes. O que queremos é tentar chegar ao momento exato em que a África e a América do sul se romperam - diz Fauth.

Em um dos locais, o navio ficará parado durante um mês em um único ponto. A ideia é chegar a 1,2 mil metros nas entranhas da Terra, com lâmina d'água de 3,5 mil metros abaixo do navio. Depois, serão feitas perfurações em mais três pontos, esses buscando identificar rochas "mais recentes", que contem a história do planeta há 66 milhões de anos.

Além de Fauth, integram o grupo de 27 pesquisadores internacionais os geólogos brasileiros Karlos Diemer Kochhann, também da Unisinos, e Carlos D'Apolito, Jr., da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG). Esta será a segunda vez que a expedição percorrerá a costa do Brasil. Nos anos 1970, os cientistas perfuraram pontos a 500 quilômetros da linha de São Paulo.

O supercontinente

Há 200 milhões de anos existia um único supercontinente: a Pangeia. Ele se fragmentou há 130 milhões de anos em Laurásia (América do Norte e Eurásia) e Gondwana (América do Sul, África, Índia, Austrália e Antártica) e, há 84 milhões de anos, houve a separação entre a América do Norte e a Eurásia e entre a América do Sul, a África, a Oceania e a Índia, que se tornou uma ilha no Oceano Índico. Por fim, a Índia colidiu com a Ásia, juntando-se ao continente.

Teoria confirmada

Um dos mais importantes trabalhos do IODP foi confirmar nos anos 1960 a chamada teoria da Deriva dos Continentes, do meteorologista alemão Alfred Lothar Wegener, de 1912. Ele argumentou que há cerca de 200 milhões de anos, ainda na Era Paleozoica, havia um supercontinente "mãe" - Pangeia - e um gigantesco oceano chamado Pantalassa. O Pangeia começou a fraturar-se, primeiro se dividiu em dois grandes continentes, Laurásia e Gondwana.

- Ele propôs que, na Terra, os continentes viajavam. E na década de 1960, o IODOP descobriu que isso era verdade. Os pesquisadores saíram de Portugal até os EUA e fizeram perfurações e foram descobrindo que a medida em que chegavam próximos à cadeia oceânica, entre as Américas, a Europa e a África, no meio do Oceano Atlântico, as idades das rochas iam diminuindo - explica o geólogo Gerson Fauth.

Oceanos

À medida que os continentes se separavam, a água ia ocupando o espaço, e foram surgindo os oceanos. O professor conta que Oceano Atlântico e o Atlântico Sul em especial são "os mais jovens da Terra", tendo se formado há 120 milhões de anos. Parece muito, mas, no tempo geológico, isso é bem recente.

- Quando a América do Sul se separou da África, mudaram as correntes, o clima, muita coisa começou a acontecer na Terra diz Fauth.

A operação

- O navio Joides Resolution perfurará quatro pontos da costa brasileira, 300 quilômetros de Recife.
- Em um dos locais serão extraídos sedimentos a 1,2 mil metros de profundidade na rocha.

O instrumento de perfuração inicia os trabalhos após percorrer lâmina d'água (profundidade) de 3,5 mil metros abaixo do navio.

- São retirados sedimentos de 10 em 10 metros.
- Como se fosse uma fatia de bolo, quanto mais profunda a localização do sedimento, mais antiga é sua formação geológica.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos

47 universidades no exterior adotam a prova como critério de ingresso.

Primeiro, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abriu portas de universidades em todo o Brasil. Nos últimos cinco anos, virou passaporte para instituições portuguesas – hoje são 47 que adotam a prova como critério de ingresso. Agora, o exame cruzou ainda mais fronteiras: universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Irlanda e Escócia têm usado a nota do teste como parte do processo seletivo ou atalho para cursos e até bolsas.

Além de sinal de prestígio do Enem, isso faz parte de um movimento crescente de instituições fora do País, que apostam em formatos flexíveis de ingresso para atrair alunos de vários países e propiciar mais diversidade nos câmpus. Segundo especialistas, a chance de usar a nota da prova do país de origem permite avaliar o aluno em seu próprio contexto acadêmico e amplia o leque de opções.

Para o estudante brasileiro, a experiência em uma boa escola estrangeira envolve qualidade de ensino, contato com docentes e colegas de várias partes do mundo e oportunidades de carreira. Para o Brasil, o trânsito de mais alunos – daqui para fora e vice-versa – cria um ambiente universitário internacional e ajuda a fortalecer conexões, dentro e fora da academia.

Como cada país tem sistema de ensino próprio, e cada instituição é autônoma para definir regras, não há modelo único sobre como usar o Enem. Para quem deseja concorrer a uma vaga nos Estados Unidos ou no Canadá, prestar os exames padronizados – como ACT e SAT, espécie de 'Enems' americanos – costuma ser o padrão.

Em alguns casos, contudo, o Enem já substitui essas provas. É assim nas universidades de Toronto e nas americanas de Northeastern, a Temple e até a de Nova York (NYU) –

29.^a melhor instituição de ensino superior do mundo no ranking da revista Times Higher Education.

Mas, diferentemente do Brasil, no exterior é comum que o processo seletivo envolva ainda entrevistas, análise de histórico escolar e cartas de apresentação. Em geral, os comitês de seleção aceitam o Enem como complemento ao portfólio que o candidato deve enviar.

Marina Schor, de 22 anos, conta que seu foco estava no exterior desde o início do ensino médio, mas precisou apresentar boa nota no Enem para ser aceita em Biologia Animal Aplicada na Universidade da Columbia Britânica, Canadá. “Passei três anos me preparando para sair do país, fiz atividades extracurriculares, artísticas, trabalho voluntário, prestei o SAT – e não estudei com foco no Enem.” A surpresa foi que a universidade pediu que apresentasse a nota do exame brasileiro.

“Como me candidatei em várias (faculdades), talvez não tenha prestado atenção direito nas exigências, mas fizeram questão de ver minha nota no Enem, mesmo com o SAT”, diz a jovem. “Ainda bem que meu colégio me preparou bem e eu tinha um bom resultado.”

Muitos sotaques

“Estudantes internacionais trazem diversidade de opiniões e perspectivas à universidade, o que beneficia a todos. Ao trazer estrangeiros para nosso campus, de certo modo o mundo vem para cá”, diz Jacqueline McCafferty, diretora do Centro para Língua e Cultura Americana da Universidade Temple, na Pensilvânia.

A exigência de nota varia. Na Temple, que passou a aceitar o Enem para o ano letivo que começa em setembro de 2020, o ideal é que o candidato tenha desempenho acima de 600 pontos (a escala vai de zero a mil). “(Usar a prova do país de origem) permite que o aluno inicie o processo de admissão com o melhor de si”, diz Jacqueline, que relata ter boa experiência com estudantes do Brasil.

Após uma sequência de quedas, motivada pela crise econômica e pelo fim do Ciência sem Fronteiras, programa federal de bolsas de intercâmbio, o número de brasileiros nos Estados Unidos voltou a crescer. No ano letivo 2018-2019, havia lá 16.059 matrículas brasileiras, segundo o relatório Open Doors, da rede Education USA, afiliada ao Departamento de Estado americano. O número foi 9,8% mais alto que no ano anterior.

Para Leonardo Trench, da consultoria Gradeup, está em curso um movimento de diversificação na forma de escolher os melhores candidatos. “As universidades olham para outras habilidades e competências.”

Britânicas

Instituições do Reino Unido também passaram a considerar o Enem. Nas universidades Kingston, Glasgow, Birkbeck e Bristol, boas notas no exame abrem as portas para participar dos Foundations Programmes. São projetos de estudo de um ano específico para alunos internacionais, espécie de pré-graduação para quem não cumpriu todos os requisitos do currículo britânico de ensino médio. Nessa fase, o aluno aperfeiçoa o inglês, tem aulas de Redação, metodologia de pesquisa e estudo dirigido.

Na Kingston, em Londres, é cobrado aproveitamento de, no mínimo, 55% no Enem. Já outras instituições, como a Cork College, na Irlanda, aceitam o Enem como critério para ingresso dos que já tenham feito ao menos um ano de graduação reconhecida no país de origem. É possível entrar direto com a nota do Enem, segundo consultores, mas isso só costuma ocorrer se houver notas muito altas.

Mas, com ou sem Enem, o inglês é o principal desafio. “Ainda é a grande barreira para brasileiros. Por isso, quem quer estudar fora precisa se planejar com bastante antecedência”, explica Juliana Kagami, coordenadora do Prep Estudar Fora, projeto que ajuda gratuitamente alunos que tentam vaga no exterior. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Bolsonaro quer iniciar 2020 com reforma ministerial

Tudo indica que em breve os ministérios da educação e economia terão algumas mudanças.

O presidente Jair Bolsonaro quer iniciar 2020 com um mapa definido da reestruturação no primeiro escalão de seu governo para ser anunciado até fevereiro.

Em seus planos estão três nomes que devem ser trocados: Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Abraham Weintraub (Educação) e Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Onyx passa por um longo processo de desgaste desde o início do governo. Perdeu funções relevantes, como a articulação política, transferida para Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), e a coordenação jurídica da Presidência, hoje subordinada à Secretaria-Geral, sob o comando do ministro Jorge Oliveira.

Pesa contra ele também o fato de Bolsonaro estar insatisfeito com o apoio frágil do DEM à pauta governista no Congresso. Onyx é um dos três ministros da legenda, junto com Tereza Cristina (Agricultura) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde). O DEM tem hoje o comando da pauta legislativa, já que são filiados ao partido os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (AP).

De acordo com interlocutores do presidente, as mudanças na equipe devem ter início no final de janeiro, antes da retomada das atividades do Congresso, em fevereiro. Bolsonaro não pretende fazer uma reforma ampla.

Onyx ainda não tem destino certo. Uma possibilidade é voltar à Câmara, para a qual foi reeleito deputado. Outro cenário é que o ministro assuma uma assessoria especial.

A mudança na Casa Civil impacta diretamente uma pasta estratégica para Bolsonaro, o Ministério da Educação, hoje comandado por Abraham Weintraub.

Weintraub também se enfraqueceu na medida em que Onyx foi perdendo prestígio no Planalto. O ministro é próximo ao chefe da Casa Civil, de quem foi secretário-executivo.

Uma possível saída dele tem sido aventada pelo menos desde novembro. Sua postura ideológica agrada ao presidente e seus filhos, mas o comportamento agressivo nas redes sociais e a capacidade de criar crises na área o desgastaram em alguns núcleos do

governo, como a área moderada, formada pelo comando militar e pela equipe econômica.

Um exemplo foi a ida do titular da Educação ao Congresso na última quarta-feira (11). Weintraub atendeu a uma convocação da Comissão de Educação, mas seu tom agressivo causou desconforto em aliados. Congressistas indicam que o ministro virou motivo de piadas na Casa, o que desmoraliza o Planalto.

A exoneração na quinta-feira (12) de sua principal assessora, Priscila Costa e Silva, serviu de pista para que aliados e grupos que buscam influência no MEC intensificassem as articulações para uma troca.

Causou mal-estar a forma como o ministro decidiu não renovar o contrato de gestão com a Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola. Weintraub determinou um despejo da TV Escola das dependências do MEC, cumprido na sexta (13).

Não há certeza sobre a continuidade do canal. De acordo com relatos à reportagem, Weintraub teria tentado indicar pessoas para a associação e influenciar nos rumos na TV.

O ministro entrou em férias a partir deste sábado (14), o que tem sido visto nos bastidores com presságio de uma saída definitiva. A previsão de volta é só no dia 4 de janeiro. Ele teve uma reunião com Bolsonaro no Planalto na sexta, em agenda não prevista. O assunto não foi informado.

Entre as opções de substitutos passam indicações de um nome evangélico, o que garantiria a visão ideológica de Bolsonaro à frente da Educação. A saída de Weintraub, se confirmada, será a segunda baixa na pasta vista como chave por Bolsonaro desde a campanha eleitoral.

O presidente é crítico das universidades públicas por entender que há uma dominação da ideologia de esquerda.

Na última quinta (12), em viagem ao Tocantins, o presidente fez um discurso duro, criticando publicamente a educação no país. Bolsonaro disse ser um vexame que universidades brasileiras não estejam entre as melhores do mundo. “Todos nós aqui somos responsáveis pela educação”, disse a uma plateia de prefeitos da região. “É como está a educação no Brasil? Péssima”, disse.

Mesmo que deixe o MEC, a aposta é que Weintraub possa ocupar outro cargo na gestão Bolsonaro. Ele chegou à pasta em abril para ocupar o lugar que era de Ricardo Vélez Rodríguez, demitido após um processo de disputas internas.

Na equipe econômica, é dada como certa a saída do almirante de esquadra Bento Albuquerque, de Minas e Energia. Com ele, o segundo escalão também deve ser trocado, com mudanças nas quatro secretarias (Óleo e Gás, Energia, Mineração e Planejamento), coordenadas pela secretaria-executiva.

Como uma saída honrosa, Bolsonaro estuda indicar o ministro para a vaga destinada à Marinha no STM (Superior Tribunal Militar). O posto será aberto em maio do ano que

vem com a aposentadoria do ministro Alvaro Luiz Pinto, que completará 75 anos.

Bento preenche quase todos os pré-requisitos: é almirante de esquadra, está na ativa e é um dos veteranos. No entanto, não é o mais antigo na carreira, critério que costuma ser levado em conta na escolha.

Para o comando de Minas e Energia, o nome mais forte, no momento, é o do deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), ex-ministro da pasta no governo de Michel Temer.

Embora seja alvo de críticas de parlamentares, a saída do general Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, é vista como remota.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ESPLANADA

TV despejada

Sem avisar, o Ministério da Educação despejou na sexta-feira a equipe da TV Escola, subordinada à pasta, de um andar no bloco na Esplanada. Eram 24 profissionais – há ainda sedes no Rio e em São Paulo. A emissora, criada há anos para gerar conteúdos para alunos e professores da rede pública, sofreu um silencioso esvaziamento.

Making of

Nos bastidores, a cúpula da pasta tentou cooptar os funcionários da TV Escola para seus quadros nos últimos meses, sem sucesso. Procurado pela Coluna, o diretor da emissora, o jornalista Francisco Câmpera, desabafou. Com trabalho elogiado no Palácio, diz ser um soldado bolsonarista traído pelo ministério.

Intrigas

“Enquanto trabalhávamos a favor do Governo Bolsonaro, no MEC, sorrateiramente, estavam planejando nossa expulsão sem nos comunicar”, diz Câmpera. Contrariado com fofocas, o jornalista diz que “não tenho intenção de derrubar ninguém, porque não tenho tamanho nem cacife para isso”.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Universidades da Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos Além de sinal de prestígio do Enem, isso faz parte de um movimento crescente de instituições fora do País, que apostam em formatos flexíveis de ingresso para atrair alunos de vários países e propiciar mais diversidade nos câmpus

Brasília - Primeiro, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abriu portas de universidades em todo o Brasil. Nos últimos cinco anos, virou passaporte para instituições portuguesas - hoje são 47 que adotam a prova como critério de ingresso. Agora, o exame cruzou ainda mais fronteiras: universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Irlanda e Escócia têm usado a nota do teste como parte do processo seletivo ou atalho para cursos e até bolsas.

Além de sinal de prestígio do Enem, isso faz parte de um movimento crescente de instituições fora do País, que apostam em formatos flexíveis de ingresso para atrair alunos de vários países e propiciar mais diversidade nos câmpus. Segundo especialistas, a chance de usar a nota da prova do país de origem permite avaliar o aluno em seu próprio contexto acadêmico e amplia o leque de opções.

Para o estudante brasileiro, a experiência em uma boa escola estrangeira envolve qualidade de ensino, contato com docentes e colegas de várias partes do mundo e oportunidades de carreira. Para o Brasil, o trânsito de mais alunos - daqui para fora e vice-versa - cria um ambiente universitário internacional e ajuda a fortalecer conexões, dentro e fora da academia.

Como cada país tem sistema de ensino próprio, e cada instituição é autônoma para definir regras, não há modelo único sobre como usar o Enem. Para quem deseja concorrer a uma vaga nos Estados Unidos ou no Canadá, prestar os exames padronizados - como ACT e SAT, espécie de Enems americanos - costuma ser o padrão.

Em alguns casos, contudo, o Enem já substitui essas provas. É assim nas universidades de Toronto e nas americanas de Northeastern, a Temple e até a de Nova York (NYU) - 29.^a melhor instituição de ensino superior do mundo no ranking da revista Times Higher Education.

Mas, diferentemente do Brasil, no exterior é comum que o processo seletivo envolva ainda entrevistas, análise de histórico escolar e cartas de apresentação. Em geral, os comitês de seleção aceitam o Enem como complemento ao portfólio que o candidato deve enviar.

Marina Schor, de 22 anos, conta que seu foco estava no exterior desde o início do ensino médio, mas precisou apresentar boa nota no Enem para ser aceita em Biologia Animal Aplicada na Universidade da Columbia Britânica, Canadá. "Passei três anos me preparando para sair do país, fiz atividades extracurriculares, artísticas, trabalho voluntário, prestei o SAT - e não estudei com foco no Enem." A surpresa foi que a universidade pediu que apresentasse a nota do exame brasileiro.

"Como me candidatei em várias (faculdades), talvez não tenha prestado atenção direito nas exigências, mas fizeram questão de ver minha nota no Enem, mesmo com o SAT", diz a jovem. "Ainda bem que meu colégio me preparou bem e eu tinha um bom resultado "

Muitos sotaques

"Estudantes internacionais trazem diversidade de opiniões e perspectivas à universidade, o que beneficia a todos. Ao trazer estrangeiros para nosso campus, de certo modo o mundo vem para cá", diz Jacqueline McCafferty, diretora do Centro para Língua e Cultura Americana da Universidade Temple, na Pensilvânia.

A exigência de nota varia. Na Temple, que passou a aceitar o Enem para o ano letivo que começa em setembro de 2020, o ideal é que o candidato tenha desempenho acima de 600 pontos (a escala vai de zero a mil). "(Usar a prova do país de origem) permite que o aluno inicie o processo de admissão com o melhor de si", diz Jacqueline, que relata ter boa experiência com estudantes do Brasil.

Após uma sequência de quedas, motivada pela crise econômica e pelo fim do Ciência sem Fronteiras, programa federal de bolsas de intercâmbio, o número de brasileiros nos Estados Unidos voltou a crescer. No ano letivo 2018-2019, havia lá 16.059 matrículas brasileiras, segundo o relatório Open Doors, da rede Education USA, afiliada ao Departamento de Estado americano. O número foi 9,8% mais alto que no ano anterior.

Para Leonardo Trench, da consultoria Gradeup, está em curso um movimento de diversificação na forma de escolher os melhores candidatos. "As universidades olham para outras habilidades e competências."

Britânicas

Instituições do Reino Unido também passaram a considerar o Enem. Nas universidades Kingston, Glasgow, Birkbeck e Bristol, boas notas no exame abrem as portas para participar dos Foundations Programmes. São projetos de estudo de um ano específico para alunos internacionais, espécie de pré-graduação para quem não cumpriu todos os requisitos do currículo britânico de ensino médio. Nessa fase, o aluno aperfeiçoa o inglês, tem aulas de Redação, metodologia de pesquisa e estudo dirigido.

Na Kingston, em Londres, é cobrado aproveitamento de, no mínimo, 55% no Enem. Já outras instituições, como a Cork College, na Irlanda, aceitam o Enem como critério para ingresso dos que já tenham feito ao menos um ano de graduação reconhecida no país de origem. É possível entrar direto com a nota do Enem, segundo consultores, mas isso só costuma ocorrer se houver notas muito altas.

Mas, com ou sem Enem, o inglês é o principal desafio. "Ainda é a grande barreira para brasileiros. Por isso, quem quer estudar fora precisa se planejar com bastante antecedência", explica Juliana Kagami, coordenadora do Prep Estudar Fora, projeto que ajuda gratuitamente alunos que tentam vaga no exterior

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Universidades da Europa, Canadá e EUA usam Enem na seleção de alunos

Primeiro, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abriu portas de universidades em todo o Brasil. Nos últimos cinco anos, virou passaporte para instituições portuguesas - hoje são 47 que adotam a prova como critério de ingresso. Agora, o exame cruzou ainda mais fronteiras: universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Irlanda e Escócia têm usado a nota do teste como parte do processo seletivo ou atalho para cursos e até bolsas.

Além de sinal de prestígio do Enem, isso faz parte de um movimento crescente de instituições fora do País, que apostam em formatos flexíveis de ingresso para atrair alunos de vários países e propiciar mais diversidade nos câmpus. Segundo especialistas, a chance de usar a nota da prova do país de origem permite avaliar o aluno em seu próprio contexto acadêmico e amplia o leque de opções.

Para o estudante brasileiro, a experiência em uma boa escola estrangeira envolve qualidade de ensino, contato com docentes e colegas de várias partes do mundo e oportunidades de carreira. Para o Brasil, o trânsito de mais alunos - daqui para fora e vice-versa - cria um ambiente universitário internacional e ajuda a fortalecer conexões, dentro e fora da academia.

Como cada país tem sistema de ensino próprio, e cada instituição é autônoma para definir regras, não há modelo único sobre como usar o Enem. Para quem deseja concorrer a uma vaga nos Estados Unidos ou no Canadá, prestar os exames padronizados - como ACT e SAT, espécie de Enems americanos - costuma ser o padrão.

Em alguns casos, contudo, o Enem já substitui essas provas. É assim nas universidades de Toronto e nas americanas de Northeastern, a Temple e até a de Nova York (NYU) - 29.^a melhor instituição de ensino superior do mundo no ranking da revista Times Higher Education.

Mas, diferentemente do Brasil, no exterior é comum que o processo seletivo envolva ainda entrevistas, análise de histórico escolar e cartas de apresentação. Em geral, os comitês de seleção aceitam o Enem como complemento ao portfólio que o candidato deve enviar.

Marina Schor, de 22 anos, conta que seu foco estava no exterior desde o início do ensino médio, mas precisou apresentar boa nota no Enem para ser aceita em Biologia Animal Aplicada na Universidade da Columbia Britânica, Canadá. "Passei três anos me preparando para sair do país, fiz atividades extracurriculares, artísticas, trabalho voluntário, prestei o SAT - e não estudei com foco no Enem." A surpresa foi que a universidade pediu que apresentasse a nota do exame brasileiro.

"Como me candidatei em várias (faculdades), talvez não tenha prestado atenção direito nas exigências, mas fizeram questão de ver minha nota no Enem, mesmo com o SAT", diz a jovem. "Ainda bem que meu colégio me preparou bem e eu tinha um bom resultado."

Muitos sotaques

"Estudantes internacionais trazem diversidade de opiniões e perspectivas à universidade, o que beneficia a todos. Ao trazer estrangeiros para nosso campus, de certo modo o mundo vem para cá", diz Jacqueline McCafferty, diretora do Centro para Língua e Cultura Americana da Universidade Temple, na Pensilvânia.

A exigência de nota varia. Na Temple, que passou a aceitar o Enem para o ano letivo que começa em setembro de 2020, o ideal é que o candidato tenha desempenho acima de 600 pontos (a escala vai de zero a mil). "Usar a prova do país de origem) permite que o aluno inicie o processo de admissão com o melhor de si", diz Jacqueline, que relata ter boa experiência com estudantes do Brasil.

Após uma sequência de quedas, motivada pela crise econômica e pelo fim do Ciência sem Fronteiras, programa federal de bolsas de intercâmbio, o número de brasileiros nos Estados Unidos voltou a crescer. No ano letivo 2018-2019, havia lá 16.059 matrículas brasileiras, segundo o relatório Open Doors, da rede Education USA, afiliada ao Departamento de Estado americano. O número foi 9,8% mais alto que no ano anterior.

Para Leonardo Trench, da consultoria Gradeup, está em curso um movimento de diversificação na forma de escolher os melhores candidatos. "As universidades olham para outras habilidades e competências."

Britânicas

Instituições do Reino Unido também passaram a considerar o Enem. Nas universidades Kingston, Glasgow, Birkbeck e Bristol, boas notas no exame abrem as portas para participar dos Foundations Programmes. São projetos de estudo de um ano específico para alunos internacionais, espécie de pré-graduação para quem não cumpriu todos os requisitos do currículo britânico de ensino médio. Nessa fase, o aluno aperfeiçoa o

inglês, tem aulas de Redação, metodologia de pesquisa e estudo dirigido.

Na Kingston, em Londres, é cobrado aproveitamento de, no mínimo, 55% no Enem. Já outras instituições, como a Cork College, na Irlanda, aceitam o Enem como critério para ingresso dos que já tenham feito ao menos um ano de graduação reconhecida no país de origem. É possível entrar direto com a nota do Enem, segundo consultores, mas isso só costuma ocorrer se houver notas muito altas.

Mas, com ou sem Enem, o inglês é o principal desafio. "Ainda é a grande barreira para brasileiros. Por isso, quem quer estudar fora precisa se planejar com bastante antecedência", explica Juliana Kagami, coordenadora do Prep Estudar Fora, projeto que ajuda gratuitamente alunos que tentam vaga no exterior.

topo ↕

ALAGOAS 24hs - TEMPO REAL

Bolsonaro chama Paulo Freire de ‘energúmeno’

O presidente Jair Bolsonaro chamou nesta segunda-feira (16) de “energúmeno” o educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e declarou que a programação da TV Escola “deseduca”.

Na última sexta (13), o contrato não foi renovado com a associação responsável por gerir a TV Escola desde 1995. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que estuda a possibilidade das atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública.

Bolsonaro fez as afirmações contra Paulo Freire e a TV Escola na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada, enquanto conversava e tirava fotos com apoiadores, e foi questionado sobre o tema.

O presidente defendeu a decisão do ministério de não renovar o contrato e disse que a audiência da TV Escola é muito baixa.

“Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca”, afirmou o presidente.

“Queriam que assinasse agora um contrato, o Abraham Weintraub [ministro da Educação], de R\$ 350 milhões. Quem assiste a TV Escola? Ninguém assiste. Dinheiro jogado fora”, acrescentou.

Segundo Bolsonaro, a educação do Brasil tem desempenho ruim e avaliações por causa “dessas programações”, com a da TV Escola que, na sua opinião, tinha uma programação “totalmente de esquerda”, que promovia “ideologia de gênero” com recursos públicos.

‘Energúmeno’

De acordo com o presidente, as mudanças que a sua gestão implementa terão reflexos na educação do país num prazo entre cinco e 15 anos. Ao concluir o argumento, ele chamou o educador Paulo Freire de “energúmeno” que, de acordo com a definição do dicionário Aurélio, quer dizer “endemoninhado, fanático, possesso”.

“Era uma programação [da TV Escola] totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a cinco, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos [no ministério], tem muito

formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda”, disse Bolsonaro

Mês passado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) alterou a plataforma criada para os professores buscarem cursos de aperfeiçoamento profissional e retirou a homenagem ao educador Paulo Freire do nome. Agora, a “Plataforma Freire” se chama “Plataforma da Educação Básica”.

“Olha a prova do Pisa, estamos em último lugar no mundo, se eu não me engano, matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos os últimos da América do Sul. Vamos esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação?”, completou.

Bolsonaro estava se referindo ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Na mais recente avaliação, feita em 2018 e divulgada neste mês, o Brasil não ficou em último lugar, embora o desempenho tenha sido baixo. Entre os países da América do Sul, a Argentina ficou em último lugar.

Paulo Freire

Paulo Freire foi declarado o patrono da educação brasileira em 2012. O educador desenvolveu uma estratégia de ensino baseada nas experiências de vida das pessoas, em especial na alfabetização de adultos.

Uma dos livros de Freire, “Pedagogia do Oprimido”, é o único livro brasileiro a aparecer na lista dos 100 títulos mais pedidos pelas universidades de língua inglesa consideradas pelo projeto Open Syllabus.

A metodologia de Freire vem sendo criticada por integrantes do governo Jair Bolsonaro, que atribuem a ela o baixo desempenho escolar do país em detrimento a maiores investimentos no setor e na formação continuada de professores.

topo 

FOLHA PA - TEMPO REAL

Ufopa mantém por dois anos consecutivos o conceito 4 de avaliação do MEC. O resultado dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018 foi publicado pelo Inep no Diário Oficial da União nº 240, de 12 de dezembro de 2019.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) manteve o conceito 4 no Índice Geral de Cursos (IGC) avaliados em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Avaliada desde 2012, a Ufopa alcançou o conceito 4 no IGC na avaliação de 2017.

O resultado dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018 foi publicado pelo Inep no Diário Oficial da União nº 240, de 12 de dezembro de 2019.

O IGC tem uma escala que vai de 1 a 5, sendo 1 e 2 considerados desempenhos insuficientes pelo MEC. A maior parte das universidades brasileiras (63,6%) se concentra no conceito 3. O índice avalia a qualidade de instituições que oferecem cursos de graduação e pós-graduação.

Para o cálculo do IGC, é utilizada a média do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) nos últimos três anos, além das notas dos programas de mestrado e doutorado a partir de dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e da distribuição dos alunos nos diferentes níveis de ensino – graduação, mestrado e doutorado.

O responsável pela avaliação, o Inep adota três Indicadores de Qualidade da Educação Superior: Conceito Enade; Conceito Preliminar de Curso (CPC); e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

Com relação aos resultados do CPC, que compõe o IGC, a Ufopa teve dois cursos avaliados em 2018: Ciências Econômicas e Direito, que obtiveram conceito 3, considerado satisfatório.

O conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio do desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O objetivo é avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação.

topo 

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Laboratório da UFSCar cria jogos educacionais abertos e customizáveis Dois projetos do Laboratório de Objetos de Aprendizagem foram premiados no principal congresso brasileiro de Informática na Educação

Dois jogos educacionais desenvolvidos no Laboratório de Objetos de Aprendizagem (LOA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foram premiados no maior evento brasileiro de Informática na Educação, o VIII Congresso Brasileiro de Informática da Educação (CBIE), que aconteceu em novembro em Brasília. O Congresso, realizado pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), congrega vários eventos de referência na área, dentre os quais o Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE), neste ano em sua 30ª edição.

Um dos projetos premiados foi o jogo "A Era Inclusiva", com o primeiro lugar no Apps.edu (categoria Protótipo), concurso voltado à proposição de ideias e soluções tecnológicas para problemas reais da Educação no Brasil. O jogo foi desenvolvido como ferramenta de formação docente para a Educação Inclusiva, a partir de projeto aprovado em edital da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** voltado a ferramentas tecnológicas para uso no ensino, liderado por Joice Lee Otsuka e Delano Medeiros Beder, docentes do Departamento de Computação (DC) da UFSCar e coordenadores do LOA.

O resultado é um jogo de gerenciamento de recursos, usados para a solução de demandas cotidianas da prática docente, que oferece ao professor em formação inicial ou continuada experiências vividas em uma escola inclusiva fictícia. A iniciativa contou com a assessoria de Enicéia Gonçalves Mendes, docente do Departamento de Psicologia (DPsi) da UFSCar, coordenadora do grupo de pesquisa "Formação de Recursos Humanos em Educação Especial" e do Observatório Nacional de Educação Especial, e

de Josiane Pereira Torres, então doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da UFSCar, sob a orientação de Mendes.

Em uma fase introdutória de "A Era Inclusiva", o jogador toma contato com materiais preparatórios, na forma de leituras e vídeos, dentre outros. Ele é, então, levado à sala dos professores, para preparar um plano de aula, quando conhece os diferentes perfis dos alunos. Nesta etapa, o professor seleciona nove ações pedagógicas para levar como possibilidades para a sala de aula, considerando o atendimento às necessidades desses alunos. Dentre essas ações estão diálogos (para, por exemplo, pedir a atenção dos alunos), recursos (como vídeos com legendas e materiais com imagens) e ações a serem realizadas (como mudar a forma de avaliação ou solicitar ajuda psicológica). Já na sala de aula, o professor age diante das situações que se apresentam, selecionando as melhores opções, na sua avaliação, dentre as ações pedagógicas levadas como possibilidades. Dependendo de suas escolhas, o jogador ganha ou perde pontos, e o humor da turma também se altera. Ao final, em um terceiro momento, o professor pode refletir sobre as escolhas feitas e suas consequências e, a partir dessa reflexão, revê-las.

A equipe de design e desenvolvimento de "A Era Inclusiva" contou com os estudantes Rogério Augusto Bordini (que foi aluno de graduação do curso de Música e é mestre em Educação pela UFSCar); Catarine Ohnuma (formada em Imagem e Som pela UFSCar); Daniel Santiago (também egresso do curso de Música); e João Pedro São Gregório Silva, Julia Moura Caetano e Miguel de Souza Tosta, os três últimos alunos do Bacharelado em Ciência da Computação da Universidade. O time foi liderado por Otsuka e Beder, com o apoio de Mendes e Torres na definição do conteúdo.

Também durante o CBIE, o trabalho de conclusão de curso de Luiz Valério Neto, orientado por Otsuka no curso de Engenharia de Computação, obteve o segundo lugar no Concurso Alexandre Direne de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso em Informática na Educação (CTD-IE). O trabalho de Valério Neto está vinculado ao desenvolvimento de uma versão voltada à inclusão de pessoas com deficiência visual de outro jogo do LOA, chamado de "Em busca do Santo Grau", que visa o público de estudantes universitários. Neste caso, o jogo não traz um conteúdo pedagógico específico, e sim oferece uma série de módulos customizáveis que podem ser aplicados a diferentes conteúdos e finalidades pedagógicas, como, por exemplo, a resolução de questões como respostas numéricas, dentre várias outras possibilidades. Um artigo sobre esse trabalho já havia sido escolhido como melhor trabalho completo (Best Full Paper) na 19th International Conference on Advanced Technologies (ICALT) da IEEE (instituição internacional de Engenharia, Computação e Tecnologia), realizada em Maceió, Alagoas, em julho deste ano. Além de Valério Neto e Joice Otsuka, assinam o artigo Paulo Henrique Fontoura Junior, mestre em Ciência da Computação pela UFSCar, e Rogério Augusto Bordini, que hoje realiza seu doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). "Esse reconhecimento da relevância do trabalho pela comunidade internacional já teve desdobramentos, com o convite para novas publicações em dois outros periódicos", conta Otsuka.

LOA

O LOA foi criado em 2012, a partir da aprovação em um edital do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, com proposta que previa a criação de jogos educacionais abertos para a Educação Básica, nas áreas de Matemática, Química e Português. Desde então, se consolidou como espaço interdisciplinar de

pesquisa de novas tecnologias e métodos para o desenvolvimento de recursos educacionais abertos interativos e, mais recentemente, também acessíveis a populações com diferentes tipos de deficiência. O Laboratório tem vínculo com a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD) e o Departamento de Computação da UFSCar.

Desde 2015, o LOA tem desenvolvido a plataforma REMAR (Recursos Educacionais Multiplataforma e Abertos na Rede, acessível em <http://remar.rnp.br>), na qual os jogos estão disponíveis e, além disso, podem ser customizados por quaisquer pessoas, especialmente professores, que têm a possibilidade, por exemplo, de inserir os conteúdos que objetivam trabalhar com seus alunos em modelos de jogos disponibilizados na REMAR. Para tanto, não é preciso ter conhecimento em programação ou qualquer outra habilidade específica. Além do desenvolvimento de jogos para diferentes plataformas - desktop, dispositivos móveis e web -, a plataforma prevê ferramentas de acompanhamento, pelo professor, das atividades realizadas por seus alunos.

A plataforma foi contemplada em edital da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), também com financiamento da **Capes**. Por meio da REMAR, o LOA tem estabelecido parcerias com escolas, dentre as quais se destaca o vínculo com a Prefeitura Municipal de Batatais, iniciado em 2017, que tem se multiplicado em diversas iniciativas nas escolas do Município.

Mais informações sobre o LOA, a REMAR e outros jogos desenvolvidos podem ser conferidas no site do Laboratório, em www.loa.sead.ufscar.br.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Bolsonaro chama Paulo Freire de energúmeno e diz que TV Escola deseduca

O presidente Jair Bolsonaro chamou nesta segunda-feira (16) de “energúmeno” o educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e declarou que a programação da TV Escola “deseduca”.

Segundo um site de notícias do Globo, na última sexta (13), o contrato não foi renovado com a associação responsável por gerir a TV Escola desde 1995. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que estuda a possibilidade das atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública.

Bolsonaro fez as afirmações contra Paulo Freire e a TV Escola na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada, enquanto conversava e tirava fotos com apoiadores, e foi questionado sobre o tema.

MP-Am humilha em aeroporto mãe de indiciado

O presidente defendeu a decisão do ministério de não renovar o contrato e disse que a audiência da TV Escola é muito baixa.

“Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca”, afirmou o presidente.

“Queriam que assinasse agora um contrato, o Abraham Weintraub [ministro da Educação], de R\$ 350 milhões. Quem assiste a TV Escola? Ninguém assiste. Dinheiro jogado fora”, acrescentou.

Segundo Bolsonaro, a educação do Brasil tem desempenho ruim e avaliações por causa “dessas programações”, com a da TV Escola que, na sua opinião, tinha uma programação “totalmente de esquerda”, que promovia “ideologia de gênero” com recursos públicos.

Energúmeno

De acordo com o presidente, as mudanças que a sua gestão implementa terão reflexos na educação do país num prazo entre cinco e 15 anos. Ao concluir o argumento, ele chamou o educador Paulo Freire de “energúmeno”.

““Era uma programação [da TV Escola] totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a cinco, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos [no ministério], tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda”, disse Bolsonaro

Mês passado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) alterou a plataforma criada para os professores buscarem cursos de aperfeiçoamento profissional e retirou a homenagem ao educador Paulo Freire do nome. Agora, a "Plataforma Freire" se chama "Plataforma da Educação Básica".

“Olha a prova do Pisa, estamos em último lugar no mundo, se eu não me engano, matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos os últimos da América do Sul. Vamos esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação?”, completou.

Bolsonaro estava se referindo ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Na mais recente avaliação, feita em 2018 e divulgada neste mês, o Brasil não ficou em último lugar, embora o desempenho tenha sido baixo. Entre os países da América do Sul, a Argentina ficou em último lugar.

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Capex anuncia vencedores de prêmio de teses

Premiação elege as melhores pesquisas de doutorado defendidas em 2018

Com o objetivo de valorizar a pesquisa nacional, o Prêmio **Capex** de Tese entrou na sua décima quarta edição. Nesta quinta-feira, 12 de dezembro, em Brasília, a premiação anunciou vencedores, escolhidos entre as 49 teses premiadas, em todas as áreas de conhecimento.

Os três principais vencedores da noite foram Carolina Levis, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Beatriz Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e José Holanda da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O prêmio elege as melhores pesquisas de doutorado defendidas em 2018. Além dos grandes ganhadores, outras 98 pesquisas participantes receberam menções honrosas. Neste ano, foram enviadas 1.142 inscrições, um recorde histórico, de acordo com **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**.

Na abertura do evento, o presidente **Capes, Anderson Correia**, ressaltou a importância de reconhecer e incentivar estudos de alto nível na pós-graduação. “Chegar até o mestrado e o doutorado, e ainda ser premiado, é uma alegria muito grande. [Este é] um dia que vai marcar a história de 49 pessoas”, disse.

Entenda – Os principais prêmios são batizados com nomes de importantes cientistas brasileiros. Oscar Sala nomeia a categoria de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, Graziela Maciel Barroso empresta seu nome ao Grande prêmio de Ciências da Vida, e Josué de Castro é o patrono da grande área de Humanidades.

José Holanda da Silva foi o vencedor do prêmio Oscar Sala, orientado por Sérgio Machado Rezende, do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Física da UFPE.

Carolina Levis, orientada por Flávia Regina Capellotto, do PPG em Biologia (Ecologia) do INPA, recebeu o prêmio Graziela Maciel Barroso. “Estou sentindo uma emoção enorme porque eu acho que é fantástico poder estar num momento desse, de celebrar as conquistas científicas”, afirmou.

A vencedora do prêmio Josué de Castro foi Beatriz Schmidt, orientada por César Augusto Piccinini, do PPG em Psicologia da UFRGS. “Para mim é uma grande honra. Penso que é algo para coroar toda a minha trajetória acadêmica, desde o período de iniciação científica ao longo do mestrado, doutorado, doutorado-sanduíche e no período de pós-doutorado também fui bolsista **Capes**”, disse.

Cada grande vencedor recebeu uma bolsa para estágio pós-doutoral em instituição internacional por até 12 meses e R\$ 20 mil. O orientador de cada pesquisa receberá R\$ 9 mil para participação em congresso internacional.

Para a seleção Prêmio **Capes** de Tese foram formadas três comissões, uma em cada grande área do conhecimento, compostas por, no mínimo, três membros e lideradas pelo presidente da **Capes**.

Prêmios especiais – Na solenidade, também foram entregues os prêmios especiais. A Fundação Carlos Chagas premia com R\$ 15 mil as melhores teses nas áreas de Educação e Ensino, e com R\$ 5 mil, as que tiveram menções honrosas. Já a Comissão Fulbright agracia o autor da melhor tese sobre a relação Brasil-Estados Unidos com uma bolsa de pós-doutorado naquele país, no valor de US\$ 16 mil.

Karina Menezes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ganhou na área de Educação e Luzia Voltolini, da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), foi a vencedora na área de Ensino. Thiago Lopes, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi o vencedor pela Comissão Fulbright. Em 2020, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) também será um dos parceiros do Prêmio.

Áreas de avaliação – Os autores das teses vencedoras de cada uma das 49 áreas de avaliação levaram uma bolsa para estágio pós-doutoral em instituição nacional por um período de até 12 meses. Os orientadores receberam R\$ 3 mil para participar de eventos acadêmicos.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes** - MEC (13.12.2019)

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Aberta oportunidade para professores promoverem a língua portuguesa

Com o objetivo de promover a língua portuguesa em diversos países, a **CAPES** publicou nesta sexta-feira, 13, o edital de 2019 do processo de seleção do Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. O período de inscrição vai até 30 de janeiro e o resultado será divulgado em julho de 2020. O início das atividades está previsto para o segundo semestre do próximo ano.

O programa é executado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e cabe à **CAPES** realizar o processo seletivo. Podem participar os brasileiros com mais de 18 anos que tenham diploma de nível superior na área de licenciatura em linguística ou letras e comprovada experiência em ensino de português.

Os participantes da seleção deverão comprovar, ainda, proficiência em língua inglesa, francesa, espanhola, italiana ou alemã, de acordo com as normas da instituição de interesse do candidato. Ao todo, serão selecionados 20 professores para atuar em 20 universidades de 19 países: Angola, Bolívia, Chile, China, Coreia do Sul, Equador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guiné Bissau, Hungria, Israel, Índia, Japão, Líbano, México, Peru e Reino Unido.

O programa pretende dar maior visibilidade internacional à cultura e literatura brasileira. “Essa iniciativa é mais uma ação do governo para ampliar o acesso de professores a centros internacionais de excelência e expandir a colaboração entre docentes que atuam no Brasil e no exterior”, afirma **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**.

A atividade do leitorado durará dois anos, podendo ser prorrogada por mais 24 meses. Os selecionados irão ministrar disciplinas relacionadas ao ensino da língua e literatura brasileira. Também deverão colaborar na realização de projetos acadêmicos voltados para a divulgação da cultura do Brasil. O MRE custeará a bolsa mensal e as passagens de ida e volta.

O formulário online para apresentar a candidatura e mais detalhes sobre o processo de seleção estão disponíveis aqui.

Redação CCS/CAPES - 13.12.2019

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES fecha ano com crédito adicional de R\$ 200 milhões

A **CAPES** terá mais recursos este ano para executar seus programas voltados à pós-graduação e formação de professores da educação básica. Nesta sexta-feira, 13, a fundação recebeu R\$ 200 milhões em crédito adicional ao seu orçamento. Com o novo recurso, o orçamento da **CAPES** chega a R\$ 4,19 bilhões em 2019, valor 9% superior aos R\$ 3,84 bilhões de 2018.

“Esse crédito adicional mostra a prioridade do governo em relação à educação, pós-graduação e formação de professores. Estamos cumprindo todos os compromissos assumidos ao longo do ano e dando passos sólidos para avançarmos ainda mais em 2020”, afirma **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**.

Em novembro, a **CAPES** já havia recebido a liberação de 100% dos seus recursos que estavam contingenciados. A Coordenação paga, atualmente, cerca de 200 mil bolsas de pós-graduação, no Brasil e no exterior, e de formação de professores.

Apenas neste ano, 16 editais em cooperação internacional foram lançados, com oportunidades para estudantes brasileiros buscarem formação de alto nível fora do País. Ainda em 2019 foi criado o Programa Ciência é 10, que beneficiará 400 mil crianças e adolescentes por meio da formação continuada de 4 mil professores de ciências.

Os valores adicionais serão investidos em bolsas da pós-graduação no Brasil e no exterior, e de formação de professores da educação básica. Também serão destinados à manutenção do Portal de Periódicos, que atende estudantes e pesquisadores de mais de 400 instituições de ensino superior.

Outros quatro programas irão destinar mais de 80 milhões para a pesquisa na Amazônia Legal. Além disso, serão investidos 200 milhões na concessão de 1,8 mil bolsas em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, em parceria com os estados. “São exemplos de um conjunto de ações que valorizam a educação e apontam para uma melhoria dos nossos indicadores de desempenho, no Brasil e internacionalmente”, ressalta o presidente da **CAPES**.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 13.12.2019

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Generais lutam para blindar orçamento da Defesa dos cortes de Guedes Militares querem mostrar ao Congresso importância da medida que inclui a Ciência e Tecnologia, mas exclui a Educação

Há décadas os militares tentam conscientizar o mundo civil sobre a importância da defesa nacional. Desgraçadamente o tema é confundido com o simples lobby por verbas para projetos, como o do caça Gripen, que consumirá R\$ 16,8 bilhões do Tesouro até 2026. Ou se vê ainda neles apenas planos belicistas para aumentar a projeção do poder nacional.

É por isso que deve ser debatida - e causará polêmica - a decisão do governo de Jair Bolsonaro de, pela primeira vez em anos, blindar de cortes os investimentos do orçamento do Ministério da Defesa. Chefiada por um general, a pasta terá o mesmo tratamento dado à Ciência e Tecnologia. Nenhum tostão dali poderá ser contingenciado pelas mãos de tesoura do ministro Paulo Guedes.

Bolsonaro e militares

O presidente eleito Jair Bolsonaro, durante evento formatura de batalhão de paraquedistas, em novembro Foto: Fernando Souza/AFP

A equipe de Guedes não teria gostado da decisão do chefe. É possível que nunca tenha lido Paz e Guerra entre as Nações, de Raymond Aron. O francês escreve que a política internacional sempre foi reconhecida pelo que de fato é: uma política de poder. “Exceto, em nossa época, por alguns juristas embriagados com ideias ou alguns idealistas que confundem sonhos com realidade.” Contingenciar verbas da Defesa seria condenar o País, em área vital à soberania, ao atraso tecnológico. Algo como cortar dinheiro da

Educação. Pior. O que nasce do esforço estatal na Defesa costuma dar frutos imensos em outras áreas.

Aos que reclamam a reserva aos economistas a proeminência nas decisões de governo, é bom lembrar como Aron enfrentou Oskar Morgenstein, o austríaco célebre pela teoria dos jogos. As queixas do economista sobre a ciência política fizeram Aron afirmar estar diante do que chamou de confusão “da profundidade e de ingenuidade característica de certos espíritos científicos, quando se debruçam sobre problemas que não estão relacionados com sua disciplina”. Tinha razão. Não era fácil bater em Aron e ficar de pé.

Depois de aprovar a reforma da Previdência dos militares, os generais sabem que têm agora a tarefa de convencer o Congresso e a equipe econômica para blindar os investimentos em Defesa. Eles dizem que sem isso não há como dar segurança a quem decide participar de projetos de longo prazo da área. São os casos da construção de submarinos e corvetas da Marinha, dos blindados Guarani e lançadores de foguete Astro do Exército e do caça Gripen e do cargueiro KC-390 da FAB. Mas não só. A lista inclui ampliar a estrutura de guerra cibernética e o míssil de cruzeiro nacional.

“Isso é investimento. A única forma de reter talentos por trás desses projetos no Brasil é executar os projetos. Não é salário”, disse um general da ativa. Nenhuma novidade no desejo do general. Basta cumprir a Estratégia Nacional de Defesa, criada em 2008 pelos então ministros Nelson Jobim (Defesa) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) e definida como inovadora pelo cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira.

Lutar pelos investimentos na área não faz do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, o que os italianos chamam de guerrafondaio e os ingleses de warmonger, que em português recebe o tom respeitoso da palavra belicista. Seu belicoso chefe, no entanto, justificou o projeto de Orçamento afirmando que o atual governo é o único a respeitar as Forças Armadas. Tenta transformar a obrigação em virtude. É um político, em suma.

O presidente gosta de citar a Bíblia para explicar suas decisões. Diante de algumas de suas assertivas, um religioso poderia citar Eclesiastes 7, 13. “Quem pode endireitar o que Ele fez torto?” É verdade que a passagem prossegue, dizendo que não se deve querer adivinhar o futuro. O governo, portanto, pode dar certo por linhas tortas. Sendo assim, diriam os bolsonaristas, deixem o presidente trabalhar.

De fato. Mas é melhor ouvir “a repreensão dos sábios do que a canção dos tolos”. Voltemos pois a Raymond Aron. O francês diz que a “a humanidade aspira a uma conversão histórica dos Estados e de suas relações” e, dessa forma, pôr fim aos conflitos sangrentos. Trata-se de uma pretensão que “tem precedentes e que não é universal, pois não faltam fanáticos que colocam a vitória de sua ideologia acima de tudo”. Para Aron, fanático era quem desejava vencer a guerra sem se importar com os custos. A turma do gabinete do ódio também não o leu...

Aron escreveu sua obra pouco antes do fim da guerra fria. Pensou que a humanidade, talvez, pudesse - diante do Armagedom termonuclear - obter a paz pela lei, uma aspiração de milhões de indivíduos. Quais seriam hoje as condições para que a política entre os Estados deixe de ser uma política de poder, abandonando a sombra da guerra? Qual ainda a probabilidade de essas condições se tornarem realidade no futuro próximo

ou distante diante de novos nacionalismos e guerras comerciais?

Até que a humanidade tenha respostas para essas perguntas, a nenhum país será permitido descuidar de suas defesas militares, atirando pela janela a credibilidade de seu poder dissuasório contra ameaças à soberania. Enfim, para dissuadir é preciso estar preparado para combater. Bolsonaro acerta neste ponto no orçamento da Defesa e da Ciência e Tecnologia. Devia fazer o mesmo na Educação. E endireitar o que nasceu torto em seu governo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Casos que verificamos: Presidente da UNE não estava na universidade desde os 11 anos

Passo a passo traz dicas de como verificar publicações na internet

São Paulo

Como finalização da segunda fase do projeto, o Comprova destrinchou o passo a passo de cinco das verificações realizadas ao longo do semestre.

Os bloqueios de recursos nas universidades e institutos federais e as propostas do governo federal para a educação, ao longo de 2019, geraram uma série de boatos envolvendo o setor, estudantes e professores. Parte deles teve como alvo o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, eleito em julho deste ano. Print de postagem na página de Facebook "Jovens de Direita" mostra postagem que afirma que o presidente da UNE tem 33 anos e estuda ciências sociais desde 2004. Abaixo uma foto dele empunhando uma bandeira, com outros estudantes em volta, no que parece uma manifestação.

As postagens começaram também em julho, depois de Montalvão interromper o ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento do programa Future-se (que propõe investimentos privados nas universidades federais) para criticar a proposta.

“Ministro, cadê o dinheiro da educação? Queremos solução para os estudantes que estão sem bolsa. Queremos uma resposta para isso, uma resposta imediata. Como vamos pensar um projeto para o futuro se no presente não funciona?”, questionou, segundo publicação do site da Revista Fórum.

Naquela época, Iago foi chamado de “Thiego Lula da Silva” e uma publicação com informações falsas sobre ele dizia que tinha 33 anos e que estudava ciências sociais desde 2004—há 15 anos, portanto. No início de novembro, um conteúdo similar voltou a circular nas redes, desta vez chamando Iago de “Tiago Montalvão”.

Essa nova publicação foi verificada pelo Comprova. A postagem usava uma fotografia verdadeira de Iago durante a manifestação “Tsunami da Educação”, no mês de agosto, em São Paulo. Contudo, as informações pareciam estar incorretas.

O objetivo da verificação era saber quem era o presidente da UNE, se ele era a pessoa que aparecia na foto, qual era sua idade, que curso ele frequentava ou tinha frequentado e em que contexto a imagem havia sido registrada.

Começamos fazendo uma busca reversa da imagem no Google Imagens. Esse recurso serve para buscar na internet outras publicações com a mesma imagem ou com imagens semelhantes. É possível buscar fazendo um upload do arquivo da foto no sistema. Usamos a busca por imagens do Google para confirmar se a pessoa que aparecia na foto era, de fato, o presidente da UNE.

Localizamos a fotografia na imagem de capa do Facebook de Iago Montalvão, na conta oficial da UNE no Flickr (rede social de compartilhamento de fotos) e em sites como o "Vermelho", que é gerido pela Associação Vermelho em convênio com o PC do B

Percurso acadêmico

Primeiro, buscamos o nome de Iago Montalvão no Google e localizamos listas de aprovação em processos seletivos em universidades do país.

Depois, consultamos seu registro na plataforma de currículos Lattes, que faz parte do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Entramos, então, em contato com todas as instituições que constavam no currículo e com o próprio Iago.

No currículo, constavam informações de duas universidades que não apareciam nos resultados na busca feita que fizemos no Google: o Centro Universitário Cesmac, em Maceió (AL), e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Apesar de até a data em questão elas constarem em seu currículo, Iago não tinha sido aprovado em nenhuma delas e ele mesmo confirmou nunca ter estudado nestas duas instituições

As demais instituições contatadas confirmaram o percurso acadêmico informado por ele: primeiro, começou a cursar história na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2011; depois, se transferiu para a Universidade de Brasília (UnB), no mesmo curso, em 2016.

Em seguida, Iago foi aprovado para o mesmo curso na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mas não chegou a cursar, porque também foi aprovado para o curso de Economia na Universidade de São Paulo (USP), em 2018, onde está atualmente matriculado. A informação foi confirmada pela universidade. Iago nunca estudou ciências sociais.

Idade

Uma vez descartada a possibilidade de Iago ser estudante de Ciências Sociais, precisamos confirmar sua idade.

Nos perfis publicados no site da UNE e em jornais à época da eleição para a presidência da entidade, havia a informação de que o estudante tinha 26 anos – e não 33, como afirmavam as postagens.

Tendo Iago 26 anos, não seria possível que ele fosse universitário há 15 – para isso, ele precisaria ter ingressado na universidade aos 11 anos de idade.

Pedimos que ele nos enviasse uma imagem de um documento de identidade, assim,

conseguimos confirmar que Iago nasceu no dia 14 de maio de 1993 e tem, portanto, 26 anos de idade.

Página apagou a postagem

Quase duas semanas após a publicação do Comprova, no dia 23 de novembro, um dos responsáveis pela página no Facebook "Jovens de Direita" respondeu ao Comprova informando que o conteúdo tinha sido retirado do ar "certamente por ser apurado como fake news".

A página, que foi uma das que tinham compartilhado a postagem falsa, informou: "Tentamos ser rigorosos com isto, mas nem todos editores têm o mesmo nível de rigor. Sempre que postada informação falsa, o editor é advertido ou punido". A página também informou que não era autora do conteúdo e que havia compartilhado de outro usuário.

Esta verificação foi feita por Marcel Hartmann (Gaúcha ZH), Marina Cid (TV Band), Bernardo Barbosa (UOL) e Clarissa Pacheco (CORREIO) e publicada pelo Comprova no dia 7 de novembro de 2019.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC consolida Universidade de Fortaleza entre as melhores do Brasil

Entre as particulares, a instituição cearense está em 2º lugar no Norte e Nordeste e entre as 30 melhores do Brasil

A Universidade de Fortaleza fecha o ano de 2019 como uma das melhores instituições de ensino superior em todas as avaliações educacionais, seja de âmbito nacional ou internacional. A mais recente, a do Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação, coloca a Unifor como a segunda melhor universidade privada das regiões Norte e Nordeste e entre as 30 melhores particulares do Brasil.

No IGC, divulgado na última quarta-feira, 11, a Universidade de Fortaleza obteve nota 4, em escala de 0 a 5. Principal indicador de qualidade do Ministério da Educação, o IGC leva em consideração o desempenho das universidades na graduação e na pós-graduação (mestrado e doutorado). No caso da pós-graduação, a avaliação leva em conta a nota aferida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Para o Vice-Reitor de Graduação da Universidade de Fortaleza, professor Henrique Sá, o desempenho da Unifor no IGC do MEC comprova o nível de excelência da instituição em todas as áreas do conhecimento.

"Na verdade, esse desempenho só tem crescido nos últimos anos, se levarmos em conta que no IGC anterior estávamos em 4º lugar no Norte e Nordeste", salienta.

No total, o MEC avaliou 2.052 instituições, entre públicas e privadas. No Ceará, além da Unifor, a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Estadual do Ceará também obtiveram nota 4, considerada excelente.

Nem todas são universidades

Centro universitário não é universidade. O IGC leva em consideração apenas as universidades, uma vez que os institutos, faculdades e centros universitários, ou seja, a

grande maioria das instituições de ensino superior hoje existentes no Brasil, não dispõem, necessariamente, de programas de mestrado e doutorado e nem de atividades de pesquisa, iniciação científica e extensão. É por isso que a única universidade particular do Ceará é a Unifor, há 46 anos.

O professor Henrique Sá explica que, como uma universidade tem o ensino associado à pesquisa e à extensão, “a formação tanto na graduação quanto na pós-graduação é completa, mais complexa, melhor qualificada e mais orientada para o mercado de trabalho”.

Ao contrário de centros universitários, faculdades e institutos, as universidades precisam ter entre seus professores grande percentual de mestres e doutores. O mínimo exigido pelo MEC é de um terço de docentes com mestrado e doutorado. No caso da Universidade de Fortaleza, esse índice é mais de 80%, ou seja, bem acima de dois terços.

Reconhecimento internacional

Em 2019, a Universidade de Fortaleza obteve amplo reconhecimento internacional pela qualidade de ensino. Em junho, o THE já tinha ranqueado a Unifor entre as melhores universidades da América Latina e Caribe. Três meses depois, o THE colocou a Unifor também entre as melhores instituições de ensino superior do mundo.

Além de fazer parte dos dois rankings da Times Higher Education, a Universidade de Fortaleza passou a figurar em 2019 também no prestigiado QS World University Rankings, que, desde 2004, avalia o desempenho de instituições de ensino superior do mundo inteiro. A Unifor foi incluída em 2019 nos rankings da América Latina e dos Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) pela sua excelência no ensino e na pesquisa.

Unifor no RUF e Estadão

O desempenho da Universidade de Fortaleza também é bem avaliado por instituições brasileiras. Pelo oitavo ano consecutivo, a Universidade de Fortaleza foi eleita a melhor instituição de ensino superior particular do Norte e Nordeste, segundo a edição 2019 do Ranking Universitário Folha (RUF), divulgado em outubro, pelo jornal Folha de S. Paulo. Além disso, é a 10ª melhor do Brasil entre as particulares.

A melhor entre as empreendedoras

A Universidade de Fortaleza também é a melhor instituição de ensino superior privada das regiões Norte e Nordeste segundo o Ranking de Universidades Empreendedoras 2019 (RUE), divulgado no final de outubro pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior).

Ao elaborar o ranking, a Brasil Júnior leva em consideração diversos indicadores, incluindo cultura empreendedora, projetos de extensão, acessibilidade entre os estudantes, inovação e pesquisa, internacionalização, infraestrutura e proximidade com o mercado, entre outros. No quesito infraestrutura, que leva em consideração a qualidade das instalações e do parque tecnológico, a Universidade de Fortaleza está entre as Top 10 do Brasil, na 7ª posição.

[topo](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Univali é a melhor universidade não pública de SC

Santa Catarina - A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) é a melhor universidade não pública de Santa Catarina, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, com nota 4. A informação foi divulgada pelo Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) nesta semana. A avaliação contemplou 2.071 instituições de ensino superior do Brasil. No Estado, a Univali, que em 2018 melhorou a sua nota e este ano manteve o índice 4, ocupa a 5ª posição incluindo também as instituições públicas.

O Índice Geral de Cursos é calculado anualmente e considera as notas dos cursos de graduação e pós-graduação obtidas de cada instituição nos últimos três anos; as notas dos programas de mestrado e doutorado a partir de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (**Capes**), e a distribuição dos alunos nos diferentes níveis de ensino.

“Esse resultado muito nos orgulha, numa congratulação que merece ser compartilhada com toda a comunidade acadêmica, porque decorre do esforço de todos: alunos, professores e funcionários técnico-administrativos”, comenta o reitor, professor Valdir Cechinel Filho. Ele pondera ainda que o envolvimento e as conexões construídas entre a comunidade acadêmica e externa permitem que a Univali mantenha os índices de qualidade não apenas nos rankings privados, como RUF, Estadão, THE, QS e GreenMetrics, mas também perante ao órgão máximo de regulação do ensino superior no Brasil, que é o MEC.

topo 

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Capex oferta 66 mil novas vagas para formação de professores

Serão abertos cinco editais já no início de 2020; investimento é de R\$ 325 milhões

Para melhorar o desempenho da educação no país, o Ministério da Educação (MEC) vai incentivar um ponto fundamental: os professores. A formação de docentes da educação básica vai ganhar um reforço de mais de R\$ 325 milhões. Esse é o montante que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** vai investir ao abrir 66 mil vagas para formação de estudantes de licenciatura e de professores que lecionam na educação básica.

A maior parcela das bolsas, 60 mil, serão destinadas aos Programas Pibid e Residência Pedagógica. O Pibid é voltado aos estudantes de licenciatura que estão na primeira metade do curso e o Residência Pedagógica, para os licenciandos da segunda metade. A publicação dos editais está prevista para janeiro de 2020, com um investimento total de R\$ 305.887.500, somando bolsas e custeio.

No Parfor, serão abertas inicialmente 150 turmas em cursos de licenciatura. O programa irá atender cerca de 6 mil professores da rede pública que não possuem formação em licenciatura na área em que atuam em sala de aula. O investimento é de R\$ 19.250.000. Os interessados deverão se inscrever a partir de 18 de dezembro na Plataforma **Capex** de Educação Básica, indicando o curso de interesse para formação. Para selecionar as instituições de ensino superior que ofertarão os cursos, será publicado um edital em março de 2020.

Durante o anúncio das medidas, realizado nesta quinta-feira, 12 de dezembro, na sede da **Capex**, em Brasília, o presidente da Coordenação, **Anderson Correia**, afirmou que os editais foram pensados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). “O objetivo desses editais é elevar a qualidade da educação básica. Com professores bem formados, indiretamente, teremos alunos com boa formação”, afirmou.

O investimento na formação de professores vai contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado pelo Inep. O indicador é produzido com base nas informações de duas fontes, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por meio de prova e questionário aplicados a cada dois anos, e o Censo Escolar, respondido anualmente por todas as escolas do país.

O presidente substituto do Inep, Camilo Mussi, afirmou que a iniciativa visa a solucionar o fato de que parte dos professores atualmente não têm formação específica das áreas que ministram. “Muito importante quando temos o apoio da **Capes** na valorização dessas bolsas, dessas turmas que são criadas para que os professores sejam aperfeiçoados para que consigam aprender as disciplinas e melhorar o conteúdo”, pontuou.

Exterior – A **Capes** também lançará, em dezembro, dois editais de cooperação internacional para a formação de docentes da educação básica. O Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecerá 486 vagas, enquanto o Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá abrirá oferta de 102 vagas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro chama educador de burro para ocultar caos no comando da Educação **Leonardo Sakamoto Leonardo Sakamoto**

Jair Bolsonaro chamou Paulo Freire de "energúmeno" e relacionou, nesta segunda (16), a filosofia de ensino de um dos mais respeitados pedagogos do mundo ao baixo resultado que o Brasil teve no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Também defendeu o fechamento da TV Escola por seu ministro Abraham Weintraub, afirmando que ela "deseduca", que é "totalmente de esquerda" e que propaga "ideologia de gênero".

Cada vez que xinga Freire, o presidente provoca orgasmos em sua militância que, como ele, entende tanto da filosofia de ensino do educador quanto de mecânica de foguetes espaciais e de engenharia genética. Como papagaios, repetem exaustivamente as críticas de militares da ditadura e de gurus e influenciadores da extrema direita sobre o pernambucano. Esses sim, compreendem o poder de Paulo Freire para que as pessoas sejam, de fato, livres. E, por isso, morrem de medo dele.

A ideia é tão simples quanto genial. Ao invés de forçar alunos a ficarem decorando fonemas (ta-te-ti-to-tu), a metodologia consiste - grosso modo - a levantar palavras que fazem parte da realidade dos alunos. Os professores pegam o termo "tijolo" e discutem o que ele representa para todos, quem sabe fazer, quem compra, quem vende, quem lucra com ele. Para entender a palavra "trabalho", pode-se incentivar o aluno a conhecer, pela primeira vez, a CLT, seus direitos e deveres. O método encara a educação não apenas como um processo técnico de passar dados, mas como um caminho para que todos possam exercer sua cidadania plena. Por isso, é visto como

subversivo por aqueles que preferem um povo que apenas diga amém.

Em abril, publiquei uma reportagem de Marcelle Souza, da Repórter Brasil, aqui no blog, contando a história do povoado de Angicos, no Rio Grande do Norte, com altas taxas de pobreza e de analfabetismo. Nele, em apenas 40 horas, um grupo de professores liderado por Paulo Freire ensinou 300 adultos a ler e a escrever e fomentou a percepção sobre os direitos trabalhistas e o direito ao voto. Era 1963. Como houve o golpe no ano seguinte, os militares não deixaram que o método fosse implementado como plano nacional de alfabetização. Freire foi demitido e teve que se exilar para não ser morto.

O ódio de Bolsonaro contra o educador é antigo. Ele já disse que iria usar um "lança-chamas no MEC para expulsar Paulo Freire lá de dentro". Ele pode não entender o funcionamento do método, mas sabe que seu resultado significa um povo mais consciente e difícil de ser manipulado. E isso é algo que alguém que acredita que Messias não é só um sobrenome não pode admitir.

Paulo Freire é nosso acadêmico mais citado e nosso professor mais traduzido para outras línguas. O método é aplicado com sucesso em todo o mundo. Por aqui, apesar de criticado, ajudou a reduzir o analfabetismo na redemocratização.

Mas trazer a realidade dos alunos para a sala de aula não é a única ferramenta para termos uma educação de qualidade. O Brasil conta com uma formação precária dos docentes e com alunos que saem do Ensino Médio analfabetos funcionais. Assiste a roubo, ausência e baixa qualidade da merenda escolar. Paga baixos salários aos professores e não fornece estrutura suficiente em todas as escolas. Mantém um teto orçamentário, aprovado no governo passado, que restringe novos investimentos em uma área que ainda está distante de um mínimo aceitável.

E mesmo com essa situação, Jair Bolsonaro teve a irresponsabilidade de deixar a cadeira de ministro da Educação vazia desde que assumiu o mandato. Indicou dois gerentes que serviram para desperdiçar tempo do país, substituindo a busca pela melhoria da educação básica e superior por debates que reescrevem o passado.

Por isso, a frase mais paradigmática do presidente, nesta manhã de segunda, não foi o xingamento a Freire ou as críticas à TV Escola, mas ele dizer que essas ações tomadas agora "daqui a cinco, dez, quinze anos, vai ter reflexo".

Como aqui já disse, Bolsonaro usa a área da educação para implementar um "Ministério da Verdade", como no livro "1984", de George Orwell. Quer castrar a liberdade de ensino com uma intervenção no significado e no sentido da educação pública, acabando com instrumentos que democratizam o conhecimento. Ricardo Vélez e, depois, Abraham Weintraub cumprem esse papel, declarando guerra às liberdades conquistadas desde a Constituição de 1988. Afinal, para a extrema direita, a sociedade está corrompida e degradada por conta delas, precisando de refundação. Buscam sua ressignificação.

A média salarial dos professores da educação básica é mais baixa (69,8%) que a do conjunto dos trabalhadores brasileiros com ensino superior. Enquanto docentes tem rendimento médio de R\$ 3.823,00, o segundo grupo tem R\$ 5.477,05. Na comparação

com o salário médio de profissionais das áreas de Exatas e Saúde, a defasagem chega a 50%. Os dados são do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado em junho, pelo Movimento Todos pela Educação em parceria com a Editora Moderna, com base em dados do IBGE. A categoria essencial para permitir que o Brasil dê o salto em produtividade e em desenvolvimento humano e social continua sendo maltratada. E o presidente da República destaca-se, em seus discursos, como um dos responsáveis por isso.

Esqueçam o desvio do orçamento da educação para pagamento de juros da dívida pública, esqueçam a incapacidade administrativa e gerencial, o sucateamento e a falta de apoio para a formação dos profissionais, os salários vergonhosamente pequenos e atrasados, a falta de planos de carreira, a ausência de infraestrutura, de material didático, de merenda decente, de segurança para se trabalhar. Esqueçam os projetos impostos de cima para baixo que fecham escolas e desfazem comunidades escolares. Esqueçam o gás lacrimogênio e as balas de borracha contra professores que fazem greve.

Para o presidente, o problema da educação são mamadeiras de piroca fictícias, ilustrações de pipius e xaninhas em cartilhas voltadas a explicar a adolescentes cuidados de saúde com o próprio corpo e a presença de conteúdo didático destinado a explicar aos estudantes que não se deve bater em mulheres, homossexuais e transexuais.

E a culpa da situação da educação no Brasil é de Paulo Freire, da TV Escola, de estudante vagabundo (ele disse, na última quinta (12), que estudante "faz tudo, menos estudar"), "imbecil" e "idiota útil" (como se referiu aos jovens que protestavam pela educação em maio), além, é claro, de professor "comunista".

Como também já disse aqui, burrice não é desconhecer a norma culta da língua. Burrice é menosprezar o conhecimento, chegando a odiar quem o detém ou quem busca aprendizado. Burrice é encarar preconceitos violentos como sabedoria. Burrice é tentar destruir, de forma violenta, o conhecimento que ameaça jogar luz sobre a própria burrice. A burrice, como manifestação da negação do conhecimento, avança quando os governantes acham possível construir uma sociedade melhor jogando na lata do lixo os instrumentos usados para refletirmos sobre seus erros e acertos.

No dia 10 de maio de 1933, montanhas de livros foram criadas nas praças de diversas cidades da Alemanha. O regime nazista queria fazer uma limpeza da literatura e de todos os escritos que desviassem dos padrões impostos. Centenas de milhares queimaram até as cinzas. Einstein, Mann, Marx, Freud, entre outros, foram perseguidos por ousarem pensar diferente. A opinião pública e parte dos intelectuais alemães se acovardaram ou acharam pertinente o foga réu nazista, levado a cabo por estudantes que apoiavam o regime. Deu no que deu.

E hoje vemos muitos se acovardarem diante de ondas intolerantes frente à livre circulação do conhecimento humano e a possibilidade de seu aprendizado.

Não estou comparando nossa sociedade com a de movimentos totalitários. Apenas dizendo que a burrice é atemporal e universal.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tabata dá nota zero para gestão Weintraub e diz que 2019 será ano perdido

A deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) criticou a gestão do ministro Abraham Weintraub à frente do Ministério da Educação. Em entrevista ao jornal "El País", a parlamentar deu nota "zero" ao comandante do MEC e disse que 2019 será um ano perdido para a educação.

Para a deputada, o governo age com força no discurso ideológico, mas pouco faz para melhorar a educação no país. "Quando a gente fala das coisas mais práticas, que chegam aos professores e alunos, ele [o governo] falhou. Na nossa interpretação, [este] vem sendo um ano perdido para a educação", afirmou.

Relacionadas

Bolsonaro diz que TV Escola "deseduca" e chama Paulo Freire de "energúmeno"

Tabata Amaral critica Weintraub: Está mais preocupado em perseguir do que pensar na educação

"Me senti traída como eleitora", diz Tabata Amaral sobre Ciro e PDT

Questionada sobre qual nota daria à gestão de Weintraub no MEC, a parlamentar foi dura: "zero. Talvez, um (...) Não vejo o que há de positivo na atual gestão do MEC".

A deputada disse ter baseado sua avaliação em um relatório da Comissão Externa da Educação da Câmara, da qual é membra. O documento aponta que projetos importantes ficaram com execução orçamentária próximo de zero.

"Quando a gente olha para alfabetização, que deveria ser o carro chefe do Governo, nota-se que a última ação que teve foi uma reunião para se discutir a metodologia. Ou seja, neste ano não chegou nenhuma diretriz para secretários ou prefeitos", declarou.

Tabata afirmou, ainda, que suas críticas ao ministro vão além do posicionamento político. "Não tem ideologia que explique isso. Você pode concordar ou discordar da ideologia, eu no caso discordo. Mas a gente tentou dar um passo à frente.(...) O que falta na ponta não é uma ideologia diferente, é carteira, é formação de professor, um monte de coisa".